



TERMO DE REFERÊNCIA
Contratação de serviço de transporte executivo e utilitário

TR/DGRJ/16/2026

Equipe Responsável	
Elaboração	
Divisão de Gestão de Ambientes RJ – DGRJ	Bruno Gargaglione Matrícula: 343.170
Departamento de Gestão de Ambientes, Patrimônio e Serviços Corporativos - DEAS	Jettson Carlos Dominicini Valadão Matrícula: 352.314
Aprovação Motivada	
<i>Considerando que o Termo de Referência elaborado se apresenta de forma conveniente e oportuna para atender a demanda exposta no Estudo Técnico aprovo (quando tratar-se de competência do Departamento) ou encaminhamento (quando tratar-se de competência superior a de Departamento) este Termo. Os elementos para que as empresas especifiquem seus preços estão no Termo de Referência e o valor da estimativa será incluído oportunamente no processo, após pesquisa de preços pela área competente.</i>	
Superintendência de Serviços Logísticos - SUSL	Eduardo da Costa Sousa 344.630

HISTÓRICO DE REVISÕES

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
13/01/2026	01	Elaboração do Termo de Referência	Leonardo Carvalho Jettson Valadão
19/01/2026	02	Alterações decorrentes do DES/SECM/31/2026	Leonardo Carvalho

09/02/2026	03	Atendimento aos apontamentos do MEMO/SECD/29/2026	Bruno Gargaglione
06/04/2026	04	Atendimento às recomendações do PARJ/DJCO/22/2026	Leonardo Carvalho
17/04/2026	05	Atendimento aos apontamentos do MEMO/SPPD/15/2026	Leonardo Carvalho
25/05/2026	06	Atendimento aos apontamentos do PARJ/DJCO/56/2026	Leonardo Carvalho
01/06/2026	07	Atendimento aos apontamentos do MEMO/DJCO/24/2026	Leonardo Carvalho

1. OBJETO

1.1. Contratação, por lote único, de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de transporte executivo e utilitário, com disponibilização de 02 (dois) veículos, sendo 01 (um) sedan executivo e 01 (um) utilitário, bem como 02 (dois) motoristas em regime de dedicação exclusiva, aptos a conduzir ambos os veículos, incluindo a manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros e taxas para atendimento às atividades da **DATAPREV** no Rio de Janeiro, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1.2. O objeto caracteriza-se como serviço continuado, uma vez que atende a necessidade permanente da **DATAPREV**, cuja interrupção comprometeria diretamente o funcionamento regular das atividades institucionais, não sendo possível sua contratação de forma eventual ou sob demanda.

2. CARACTERÍSTICAS E OPERAÇÃO DO OBJETO

Para a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar 02 (dois) motoristas, em regime de dedicação exclusiva, aptos a conduzir ambos os veículos (sedan executivo e utilitário), observado o disposto nos itens 2.11 e 2.14 .

2.1. Relação de veículos:

Item	Unidade	Tipo de veículo
01	RJ	Executivo (conforme item 2.12.1)
02		Utilitário (conforme item 2.12.2)

2.2. Relação com os locais de execução dos serviços

Unidade	Endereço
RJ – AR	Rua Professor Álvaro Rodrigues, 460, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ
RJ – CV	Rua Cosme Velho, 06, Cosme Velho, Rio de Janeiro - RJ

2.2.1. A **DATAPREV** poderá alterar o local de execução dos serviços dentro do município do Rio de Janeiro mediante comunicação prévia à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A **CONTRATADA** declara ciência de que eventual mudança de endereço não implicará em ônus adicional para a **DATAPREV**, devendo garantir a continuidade integral dos serviços contratados.

2.3. A quilometragem estimada por categoria de veículo encontra-se indicada no Anexo I e na Planilha de Preços (Anexo II) deste Termo, e tem caráter referencial para planejamento da contratação. Para fins de faturamento, será considerada a quilometragem efetivamente percorrida, apurada conforme os subitens 7.1 e 7.1.1, com os abatimentos previstos neste Termo. Os parâmetros estimados apresentados nos Anexos I e II deste Termo de Referência estão referenciados na tabela a seguir:

Parâmetro	Veículo Executivo (sedan)	Veículo Utilitário
Quilometragem mensal estimada (km/mês)	1.200 km/mês	1.000 km/mês
Horas extras estimadas (h/mês)	16h/mês	10h/mês
Horas extras noturnas estimadas (h/mês)	4h/mês	–
Horas extras especiais estimadas (h/mês)	5h/mês	–
Pedágios - estimativa mensal	22 eventos/mês (ida e volta - reembolso com comprovantes)	22 eventos/mês (ida e volta - reembolso com comprovantes)
Estacionamentos - estimativa mensal	22 eventos/mês (reembolso com comprovantes)	22 eventos/mês (reembolso com comprovantes)

2.4. Caso a jornada diária de trabalho dos motoristas ultrapasse o limite legalmente estabelecido, a **CONTRATADA** poderá adotar o sistema de revezamento entre os profissionais, com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação trabalhista vigente e garantir a continuidade do serviço sem prejuízo aos direitos dos trabalhadores. O planejamento e o dimensionamento desse revezamento são de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá assegurar a cobertura integral da janela operacional prevista neste Termo, observar as regras de jornada previstas em lei e em CCT, cumprir os prazos de substituição estabelecidos neste instrumento e respeitar as regras de medição e de pagamento de horas extras e pernoites aqui definidas.

2.4.1. As horas extras/pernoites serão pagas somente quando efetivamente trabalhadas/utilizadas;

2.5. A possibilidade de compensação da jornada deverá ser prevista expressamente em instrumento coletivo, devendo ser regulada por meio de acordo celebrado entre cada profissional alocado na prestação dos serviços e a **CONTRATADA**;

2.6. Na impossibilidade de compensação, as horas extras de serviços excedentes poderão configurar o cumprimento de horas extras a serem pagas aos motoristas com base nos valores constantes da planilha de preços apresentada;

2.6.1. As estimativas das despesas mensais com horas extras, horas extras noturnas e horas extras especiais estão previstas no Anexo II deste Termo de Referência;

2.7. Os valores dos pedágios e estacionamentos pagos pela **CONTRATADA** no decorrer do mês, somente serão reembolsados pela **DATAPREV** mediante a apresentação dos comprovantes de pagamentos correspondentes, que deverão ser apresentados até o fechamento do período de medição mensal;

2.7.1 As estimativas das despesas mensais com pedágio e estacionamento estão previstas no Anexo II deste Termo de Referência;

2.7.2. Os veículos disponibilizados deverão estar equipados com dispositivo eletrônico de pagamento automático de pedágios (TAG), habilitado para uso nas principais praças de pedágio do estado do Rio de Janeiro, garantindo agilidade e segurança nos deslocamentos. A **CONTRATADA** será responsável pela gestão e manutenção do dispositivo, bem como pelo pagamento das recargas necessárias, sendo os valores reembolsados pela **DATAPREV** mediante apresentação de relatório mensal detalhado.

2.8. Os veículos deverão atender ao padrão de especificação (conforme Anexo I) do Termo de Referência;

2.9. Os veículos deverão ficar disponíveis nas dependências da **DATAPREV** ou no local designado pelo Gestor Técnico do contrato, formalizado por comunicação oficial, e lá permanecerão durante toda a vigência do contrato. O local designado poderá ser alterado mediante comunicação prévia pela **DATAPREV**, observadas as condições do subitem 2.2.1, sem ônus adicional para a **DATAPREV**;

2.10. No início da execução do contrato, os veículos disponibilizados deverão ser zero quilômetro ou seminovos, com no máximo 12 (doze) meses de uso e quilometragem não superior a 10.000 km, conforme descrição no Anexo I;

2.10.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável (etanol, biodiesel, eletricidade etc.) ou gás natural veicular, inclusive mediante tecnologia flex, nos termos da lei nº 9.660/1998. Para o veículo sedan, é obrigatória a tecnologia híbrida (gasolina/etanol + elétrica) ou elétrica, admitidas, neste último caso, as seguintes arquiteturas: HEV (híbrido convencional), PHEV (híbrido plug-in, incluindo EREV) ou BEV (100% elétrico), em conformidade com as especificações do item 2.12.1. MHEV (mild hybrid) não será aceito como tecnologia principal do sedan.

2.10.1.1. A exigência de tecnologia híbrida ou elétrica (HEV/PHEV/BEV) aplica-se exclusivamente ao veículo sedan executivo em razão de requisitos técnicos e operacionais do serviço (menor ruído, maior conforto e eficiência), bem como do alinhamento às diretrizes de sustentabilidade da **DATAPREV**, nos termos do Estudo Técnico.

2.11. Dos Perfis e Atribuições dos Motoristas:

2.11.1. São descritos abaixo o perfil e atribuições mínimas para os profissionais do serviço de transporte:

2.11.2. Perfil dos Motoristas:

- a) Escolaridade: Ensino médio completo;
- b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo a ser conduzido;
- c) Certificado de conclusão de curso de direção defensiva;
- d) Experiência profissional mínima de 2 anos comprovada em CTPS;
- e) Boa dicção e fluência verbal;
- f) Saúde física e mental e estabilidade emocional;
- gf) Habilidade para lidar com o público;
- h) Raciocínio lógico e conduta proativa;
- i) Senso de responsabilidade e bom relacionamento interpessoal;
- j) Boa apresentação e cuidados com a higiene pessoal extensiva ao vestuário;
- k) Noções básicas de mecânica automotiva;
- l) Não fazer uso de cigarros, charutos ou cachimbos dentro do veículo;
- m) Não ingerir ou transportar bebidas alcoólicas quando em serviço.

2.11.3. Atribuições dos Motoristas:

- a) Realizar as verificações e manutenções básicas do veículo;
- b) Receber e repassar as informações, conforme solicitação da fiscalização;
- c) Conduzir o veículo/utilizando as normas de segurança, evitando riscos para si e para os passageiros;
- d) Devolver ao Fiscal os objetos esquecidos;
- e) Sempre que possível, calcular o tempo de chegada ao destino, consultar guias e mapas e elaborar itinerários;
- f) Auxiliar deficientes, gestantes e idosos no embarque e desembarque;
- g) Colocar e retirar pequenas cargas e objetos dos passageiros no compartimento de bagagem;
- h) Comunicar à administração qualquer fato (mesmo que apenas suspeita) que possa gerar risco à **DATAPREV**;
- i) Comunicação imediata ao Fiscal de qualquer ocorrência anormal verificada no decorrer do serviço;
- j) Não amassar, sujar e rasgar os documentos/ objetos a serem transportados;
- l) Manter sigilo de todas as informações da **DATAPREV**;
- m) Zelar pela integridade dos objetos transportados no interior do veículo;
- n) Conduzir autoridades da alta administração da empresa, mantendo postura profissional, discrição e cortesia, observando protocolos institucionais e normas de segurança;
- o) Manter absoluto sigilo sobre rotas, agendas, conversas e demais informações sensíveis a que tiver acesso em razão do serviço;
- p) Demonstrar capacidade de resposta rápida e adequada em situações de emergência ou risco, zelando pela integridade física dos passageiros e pela segurança institucional;
- q) Representar a empresa com urbanidade e respeito em todos os deslocamentos, mantendo apresentação pessoal compatível com a função e com os padrões da **DATAPREV**;
- r) Participar, quando convocado, de treinamentos e orientações promovidos pela **DATAPREV**, voltados à segurança, sigilo e atendimento a autoridades.

2.12. Especificações dos veículos:

2.12.1. Veículo Executivo (sedan grande porte):

- a) 4 portas;
- b) capacidade para 5 passageiros, incluindo o motorista;
- c) capacidade mínima do porta-malas: 400 litros;
- d) ar-condicionado;
- e) direção hidráulica ou elétrica;
- f) sistema multimídia com tela sensível ao toque, conectividade Android Auto e Apple CarPlay, Bluetooth para chamadas e streaming de áudio e entrada USB;
- g) vidros das 4 portas com acionamento elétrico;
- h) air bag duplo;
- i) freios ABS/EBD/ESC;
- j) vidros revestidos com película protetora solar no limite máximo permitido pelo DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito exceção vidro dianteiro;
- k) todos na mesma cor (preto, branco ou prata);
- l) transmissão automática;
- m) tecnologia de tração elétrica aceita: HEV, PHEV (incluindo EREV) ou BEV (100% elétrico), em conformidade com o subitem 2.10.1 deste Termo;
- n) travamento central das travas das portas;
- o) potência mínima do sistema de tração (combinada, quando aplicável) ≥ 120 kW (aproximadamente 160 cv);
- p) modelos: Toyota Corolla, BYD King ou modelos equivalentes ou superiores pelas especificações funcionais;

2.12.2. Veículo Utilitário:

- a) carroceria fechada;
- b) capacidade para 7 passageiros, incluindo o motorista;
- c) sistema multimídia com tela sensível ao toque, conectividade Android Auto e Apple CarPlay, Bluetooth para chamadas e streaming de áudio e entrada USB;
- d) 4 portas;
- e) vidros das 4 portas com acionamento elétrico;
- f) direção hidráulica ou elétrica;
- g) air bag duplo;
- h) ar-condicionado;
- i) motorização mínima 1.4;
- j) tipo de combustível: gasolina e álcool (flex), GNV, híbrido, biodiesel ou elétrico;
- l) todos na mesma cor (preto, branco ou prata);
- m) vidros revestidos com película protetora solar no limite máximo permitido pelo DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, exceção vidro dianteiro;
- n) modelos: Doblô, Spin ou modelos equivalentes ou superiores pelas especificações funcionais;

2.13. A exigência de tecnologia híbrida ou elétrica aplica-se exclusivamente ao veículo sedan. O veículo utilitário deverá atender às demais exigências do edital e deste termo de referência.

2.14. Os motoristas designados para a execução dos serviços deverão possuir habilitação compatível com ambos os veículos disponibilizados, possuir experiência na condução de ambos os tipos de veículos e estar aptos e disponíveis para operar qualquer um dos veículos, conforme a necessidade da contratante, garantindo flexibilidade e continuidade na prestação do serviço de transporte.

2.15. Os motoristas deverão ter à disposição aparelho celular equipado com pacote de dados e voz e aplicativos de mensagens eletrônicas e GPS, com alcance em todo o território do estado do Rio de Janeiro, na quantidade de um aparelho para cada motorista;

2.16. Para as exigências formais relativas à proposta comercial e à habilitação técnica, consultar, respectivamente, os itens 11 (“Da Proposta Comercial”) e 12 (“Da Habilitação Técnica”) deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços continuados de transporte executivo e de pequenos volumes são para atender às necessidades de locomoção dos diretores, empregados e pessoas autorizadas, traslado de autoridades, transporte de materiais diversos, equipamentos, agilizar o processo de coleta e entrega a fim de atender ao fluxo de tramitação de documentos e pequenos volumes e serviços externos de correspondência etc.;

3.2. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações aceitas pela melhor técnica, normas e legislação, para atender às solicitações da **DATAPREV**, nos seguintes termos:

3.2.1. Para a prestação dos serviços, a **CONTRATADA** por meio do motorista, deverá sempre preencher a Guia Movimentação Diária de Veículo, ou outro documento de controle estabelecido pela **DATAPREV**, devidamente preenchida identificando o(s) local(is) de destino, o horário para a saída e o serviço a ser cumprido (se transporte de empregado(s) este(s) deverá(ão) estar devidamente nominados);

3.2.2. No campo próprio da Guia de Movimentação Diária de Veículos ou outro documento de controle que venha ser estabelecido pela **DATAPREV**, o motorista deverá, sob sua responsabilidade, anotar a quilometragem inicial e final de deslocamento, sendo obrigatória a assinatura e matrícula do usuário;

3.2.3. Quando necessário, aguardar o retorno do usuário em local de fácil acesso ou combinado, ou retornar para apanhá-lo em local e horário, pré-definidos, de acordo com o autorizado na Guia de Movimentação Diária de Veículos;

3.2.4. Os serviços mensais serão remunerados pela composição das parcelas de preço fixo e preço variável definidos na proposta de preços da licitante vencedora (Planilha de Custos e Formação de Preços), estes últimos estabelecidos mensalmente de acordo com a quilometragem efetivamente percorrida e comprovada pelo documento de controle que venha a ser estabelecido pela **DATAPREV**;

3.2.5. Após o término do expediente, o(s) veículo(s) fixos deverão ser recolhidos à garagem da **DATAPREV** ou local designado por ela, onde todos deverão permanecer até o próximo expediente, salvo em situação que fuja à normalidade, desde que autorizado pelo gestor técnico do contrato.

4. PRAZO DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

4.1. Os Veículos deverão estar disponíveis no 1º (primeiro) dia útil de vigência do Contrato;

4.2. Os respectivos motoristas deverão apresentar-se na mesma data e horário da disponibilização dos veículos.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O Contrato de Prestação do Serviço terá a duração de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura, em conformidade com o artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

5.2. A **DATAPREV** poderá, a seu exclusivo critério, rescindir unilateralmente o presente contrato após decorridos 36 (trinta e seis) meses de sua vigência, mediante comunicação formal à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que isso gere direito a qualquer indenização, compensação ou penalidade, ressalvadas as obrigações já constituídas até a data da efetiva rescisão. A rescisão prevista neste item não prejudica outras hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento.

6. GESTÃO CONTRATUAL

6.1. A gestão administrativa do contrato caberá ao gestor designado, responsável pelo acompanhamento global da execução e pelas decisões administrativas, enquanto a fiscalização técnica será exercida por fiscal designado, incumbido de verificar a conformidade da execução, atestar e registrar as ocorrências. A gestão técnica e administrativa será de responsabilidade das seguintes áreas:

6.1.1. Gestão técnica: Divisão de Gestão de Ambientes RJ – DGRJ;

6.1.2. Gestão administrativa: Divisão de Gestão Administrativa de Contratos Diversos – DGCD;

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Medição consiste em verificar o odômetro de cada veículo no início e no final do dia, computando a quilometragem percorrida a serviço da **DATAPREV**. Serão descontadas as quilometragens dos percursos realizados para outros fins, que não tenham sido em decorrência de prestação de serviço para a **DATAPREV**;

7.1.1. Para fins de pagamento, será verificada, por mês e por veículo, a partir da leitura no respectivo odômetro, entre o início do expediente do primeiro dia útil ao final do expediente do último dia útil, abatidas todas as quilometragens rodadas que não tenham sido a serviço da **DATAPREV**.

7.2. Exemplos de percursos excluídos da medição: manutenções corretivas, preventivas, vistorias para seguros ou junto ao DETRAN etc., contados a partir da saída até o retorno ao prédio da **DATAPREV**. Quando tais deslocamentos ocasionarem indisponibilidade do veículo em horário operacional, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua substituição, sem ônus para a **DATAPREV**, observando os prazos e condições dos itens 10.18.1 e 10.18.2.

7.3. Para permitir a contabilização de horas extras, pernoites e pedágios por parte da **CONTRATADA**, em tempo hábil, o período a ser considerado será do dia 1º (primeiro) ao dia 30º (trigésimo) de cada mês da prestação dos serviços, para pagamento no mês subsequente;

7.4. Os serviços mensais serão remunerados pela composição das parcelas de preço fixo e preço variável definidos na proposta de preços da licitante vencedora (Planilha de Custos e Formação de Preços), estes últimos estabelecidos mensalmente de acordo com a quilometragem efetivamente percorrida e comprovada pelo documento de controle que venha a ser estabelecido pela **DATAPREV**;

7.5. Também serão pagos mensalmente, quando for o caso, os pernoites, horas extras e horas extras especiais efetivamente realizados, devendo ser reembolsados os gastos com pedágios e estacionamento desde que sejam apresentados os respectivos comprovantes de pagamento;

7.6. Para cada veículo, de acordo com o seu Tipo, o Valor da parcela de Preço fixo (VPF), o Preço Unitário por Quilometro rodado (PUQ), o Preço Unitário de Pernoite (PUP), o Preço Unitário da Hora Extra (PUHE), o Preço Unitário da Hora Extra Noturna (PUHEN) e o Preço Unitário da Hora Extra Especial (PUHES), constantes da proposta de preços da licitante vencedora (Planilha de Custos e Formação de Preços) serão inalteráveis, salvo por ocasião da repactuação;

7.7. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela **CONTRATADA**, cujo pagamento será efetuado pela **DATAPREV** no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura da prestação dos serviços;

7.8. A **DATAPREV** não pagará juros de mora por atraso de pagamento de faturas referentes à prestação dos serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais;

7.9. A emissão da nota fiscal somente poderá ser realizada pela **CONTRATADA** após o envio do Relatório de Medição pela **DATAPREV**;

7.9.1. Na nota fiscal deverá estar indicada o número do pedido de compras, o número do contrato, o número da medição descrito no RELATÓRIO DE MEDIÇÃO e o período de prestação de serviço;

7.10. Este Termo de Referência prevê retenções dos valores mensais destinados à cobertura de obrigações trabalhistas futuras dos empregados alocados no contrato, compreendendo, no mínimo: (i) 1/3 constitucional de férias; (ii) 13º salário; (iii) ausências legais; (iv) afastamento maternidade; e (v) verbas rescisórias, para liberação quando da ocorrência dos respectivos fatos geradores e mediante a comprovação documental prevista no item 7.11. As retenções, a forma de liberação e as demais medidas de controle e fiscalização observarão, diretamente, a Lei nº 13.303/2016 (arts. 31, 40, VII, 76, 77, caput e §1º, 82, §3º, e 83, §1º), sem prejuízo das demais disposições deste Termo de Referência e das sanções cabíveis;

7.11. Deverá ser apresentada periodicamente pela **CONTRATADA**, por meio de sistema eletrônico, que será indicado pela **DATAPREV**, toda a documentação destinada à comprovação da manutenção de suas condições habilitatórias e adimplência com suas obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, tais como:

a) Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho (ACT/CCT);

- b) Relação nominal dos seus empregados com dedicação exclusiva à DATAPREV e declaração de continuidade;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e contrato de trabalho;
- d) ASO admissional;
- e) Controles de frequência (cartão, folha de ponto, dentre outros);
- f) Folha de pagamento e comprovante de salário;
- g) Comprovante de pagamento de vale alimentação, refeição e transporte;
- h) GRF (Guia de Recolhimento do FGTS) ou GFD (Guia do FGTS Digital) e comprovante de pagamento;
- i) Relatório detalhado do FGTS Digital;
- j) Plano de saúde e odontológico, e respectivos contratos, se previstos na CCT;
- k) Seguro de vida, se previsto na CCT;
- l) Comprovações de ausências legais justificadas e respostas;
- m) Aviso, recibo de férias e comprovante de pagamento;
- n) Comprovante de afastamento maternidade;
- o) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e comprovante de pagamento, aviso prévio, pedido de demissão, ASO demissional e FGTS rescisório;
- p) Comprovante de pagamento do 13º salário;
- q) SICAF atualizado, ou:
 - q1) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
 - q2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) atualizada;
 - q3) Certidão Negativa de Débitos (CND) federal, estadual e municipal/distrital atualizada; e
 - q4) Certidão Conjunta da Receita Federal e PGFN;
- r) Pesquisa de situação fiscal;
- s) Declaração de enquadramento tributário;
- t) Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- u) Relatório DCTFWEB;
- v) DARF (previdenciário + IR) e comprovante de pagamento;
- x) Relatórios PER (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso) DCOMP (Declaração de Compensação);

7.11.1. A empresa optante pelo Simples deverá enviar a Declaração a ser apresentada pela pessoa constante do art. 4º, inciso XI, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e o comprovante de pagamento do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional);

7.11.2. A **DATAPREV** reterá os valores devidos de impostos que incidam sobre a contratação, conforme especificado em Lei. Caso a **CONTRATADA** esteja dispensada da retenção, por força de isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação vigente, deverá ser destacada, no corpo da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo, a fundamentação legal da dispensa da retenção;

7.12. A emissão e o envio da nota fiscal/fatura pela **CONTRATADA** ocorrerão após o recebimento do Relatório de Medição (RM) pela **DATAPREV** (item 7.9) e, em qualquer hipótese, até o dia 12 (doze) do mês subsequente ao da prestação, ou no primeiro dia útil posterior quando recair em dia não útil, de modo a viabilizar a escrituração na EFD-Reinf no prazo legal. O envio em desacordo com este prazo poderá ensejar encargos moratórios e/ou glosa, quando ocasionar prejuízo ao cumprimento das obrigações acessórias;

7.13. O documento de cobrança deverá ser encaminhado de forma eletrônica para o e-mail atendimento.ucr@dataprev.gov.br;

7.14. A ausência de comprovação da execução dos serviços, bem como a identificação de divergências, inconsistências ou descumprimento das condições contratuais, ensejará glosa proporcional na fatura mensal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

8. DOS UNIFORMES

8.1. O material a ser utilizado para os uniformes e calçados deve ser resistente e de boa qualidade e que proporcionem segurança e conforto aos usuários.

8.2. Os uniformes deverão ser disponibilizados dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do início da

prestação dos serviços e devem ser substituídos semestralmente ou quando apresentar defeitos ou desgastes.

8.3. Durante a vigência do contrato a **CONTRATADA** fornecerá, semestralmente, os uniformes de seus funcionários de acordo com o determinado e obedecendo ao seguinte padrão:

02 camisas polo manga curta na cor branca com identificação da **CONTRATADA** em bordado ou impresso, 100% algodão;
02 calças compridas (jeans, azul marinho ou preta);
02 pares de sapato na cor preta;
04 pares de meia na cor preta;
02 cintos na cor preta.
01 Agasalho Malha de algodão, com a parte interna flanelada com forro, com fechamento frontal.

9. OBRIGAÇÕES DA DATAPREV

- 9.1.** Fornecer a Guia de Movimentação Diária de Veículos, para ser preenchida diariamente pelo motorista;
- 9.2.** Manter o efetivo controle da utilização dos veículos, por empregado designado;
- 9.3.** Registrar todas as ocorrências relativas à frequência e substituição dos funcionários da **CONTRATADA**;
- 9.4.** Efetuar a verificação da quilometragem no último dia trabalhado de cada mês, sem prejuízo de verificações intermediárias pelos fiscais da **DATAPREV** sempre que necessário;
- 9.5.** Emitir relatório de horas extras e pernoites realizados pelos empregados da **CONTRATADA** no período do 1º (primeiro) dia ao 30º (trigésimo) dia de cada mês para elaboração de faturamento no mês subsequente;
- 9.6.** Conferir todos os dados do faturamento emitido pela **CONTRATADA**;
- 9.7.** Fornecer os nomes dos empregados que irão fiscalizar e conferir a medição da quilometragem no último dia trabalhado de cada mês e do empregado responsável pelo envio do ponto de frequência;
- 9.8.** Documentar as ocorrências havidas e a frequência dos empregados, em registro próprio, de comum acordo com a **CONTRATADA**;
- 9.9.** Exercer a fiscalização por meio de fiscais especialmente designados;
- 9.10.** Solicitar à **CONTRATADA** ou seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;
- 9.11.** Disponibilizar local adequado para os motoristas e veículos a serviço;
- 9.12.** Dar conhecimento do seu Código de Ética à **CONTRATADA**, para que esta o retransmita aos seus empregados que vierem a exercer atividades nas suas dependências;
- 9.13.** Exigir da **CONTRATADA** conformidade com a base legal de proteção de dados e nível de segurança adequados à classificação das informações que serão tratadas durante a execução do contrato;
- 9.14.** Fornecer anualmente aos colaboradores da **CONTRATADA** Capacitação de Segurança da Informação disponibilizado por meio da escola da **DATAPREV**, dada a natureza do serviço prestado, bem como, a recepção das orientações quanto ao tratamento de dados pessoais a que tenham acesso ou contato na execução de suas atividades;
- 9.15.** Exigir a celebração do Termo de Sigilo Individual da **CONTRATADA** com os seus colaboradores, conforme modelo disposto no Anexo IV;
- 9.16.** Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento das métricas e indicadores para o monitoramento da segurança do ambiente e a frequência de apuração, estabelecidos no subitem 10.44 deste Termo de Referência;
- 9.17.** Fiscalizar a execução dos serviços, validar as medições apresentadas, aplicar glosas e penalidades quando cabíveis e autorizar previamente a realização de serviços extraordinários.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Para efeito de comprovação da conformidade dos veículos com o (Anexo I) a **CONTRATADA** deverá apresentar, no ato da entrega dos veículos, cópia do documento (certificado de propriedade) dos mesmos. Será aceito também certificado de propriedade cujo veículo tenha sido adquirido por meio do sistema de arrendamento mercantil, “*leasing*”, porém, em nome da **CONTRATADA**;

10.2. Em caso de substituição de algum veículo, a **CONTRATADA** deverá informar obrigatoriamente a **DATAPREV**, anexando cópia dos documentos de propriedade e seguro do novo veículo a ser utilizado;

10.3. Para efeito de comprovação da capacitação dos motoristas a **CONTRATADA** deverá encaminhar, no ato da apresentação do motorista no posto de trabalho na **DATAPREV**, cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, assim como as suas posteriores atualizações;

10.4. Ao iniciar o serviço, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao Gestor Técnico do contrato, a apólice de seguro correspondente aos veículos, bem como, comprovar a sua renovação a cada novo período;

10.5. Assumir todas as despesas com os veículos de sua responsabilidade, manutenção, multas, licenciamento, seguro e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a **DATAPREV** de responsabilidade jurídica ou financeira em qualquer ocorrência;

10.6. Substituir, por outro similar, o veículo de sua responsabilidade que vier a se acidentar ou que apresente quaisquer defeitos, inclusive quando em deslocamentos fora do perímetro do município, sem ônus adicional para a **DATAPREV**;

10.7. No caso da ocorrência de apreensão do veículo, as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da **CONTRATADA**;

10.8. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidentes e informar imediatamente a **DATAPREV**;

10.9. Responder civil e/ou criminalmente pelos casos de infrações e crime de trânsito;

10.10. Substituir ou repor de imediato o(s) motorista(s) em ausências programadas (férias, demissão, etc). Nas ausências não programadas a reposição dar-se-á no prazo máximo de 03 (três) horas após a notificação da **DATAPREV**;

10.11. Responsabilizar-se pelos prejuízos por ventura causados à **DATAPREV** ou a terceiros, por ato de negligência ou culpa de seus funcionários, no desempenho dos serviços relativos ao contrato;

10.12. Zelar pela descrição, integridade e sigilo durante a execução dos serviços;

10.13. Providenciar para que, a cada início de expediente, os veículos estejam totalmente abastecidos com combustível, e durante a execução dos serviços reabastecidos quantas vezes sejam necessárias;

10.14. Remeter, semanalmente ou sempre que solicitado, para fins de acompanhamento, cópias das Guias de Movimentação Diária de Veículos ou outro formulário de controle da quilometragem que venha a ser estabelecido pela **DATAPREV**;

10.15. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade de seus empregados, adotando o cartão de ponto ou registro eletrônico como registro de frequência;

10.16. Equipar os motoristas dos veículos com aparelho telefônico móvel celular, sob as suas expensas, vedadas a utilização pelo motorista com o veículo em movimento;

10.17. Fornecer e custear os serviços de manutenção preventiva e corretiva de forma a manter os veículos em perfeitas condições de uso e funcionamento;

10.17.1. Manutenção Preventiva: Destina-se a prevenir quebras evitando possíveis acidentes, executada através de serviços e troca de peças, e acessórios, que apresentem defeito ou desgaste, sempre que se julgar necessário, incluindo troca de óleo do motor, conserto ou substituição de pneu, lubrificação e mantendo o veículo sempre limpo e em perfeitas condições de uso, em conformidade com o manual do respectivo veículo;

10.17.2. Manutenção Corretiva: destina-se à correção de defeitos, avarias ou quebras ocorridas por qualquer motivo, devendo ser executada de imediato, após o chamado técnico ou do próprio motorista;

10.17.3. Permitir a utilização de adesivos com o logotipo e nome “**DATAPREV**” nas laterais do veículo;

10.18. Substituir o veículo, nas mesmas características:

10.18.1. Em caso de manutenção por um período superior a 3 (três) horas;

10.18.2. Em caso de quebra e/ou sinistro, no local em que se encontra o veículo, no prazo máximo de 3 (três) horas no perímetro do urbano e municípios limítrofes, 10 (dez) horas nas cidades do interior com distância superior a 200 km;

10.19. A **CONTRATADA** deverá indicar um preposto que executará as seguintes atribuições:

- a) Intermediar o contato entre a **CONTRATADA**, sua equipe de profissionais e a **DATAPREV**;
- b) Cumprir e fazer cumprir, por parte dos profissionais alocados no contrato, as orientações gerais dos serviços determinados pela **DATAPREV**;
- c) Zelar pela qualidade e adequações dos serviços;
- d) Controlar a assiduidade e a pontualidade dos serviços;
- e) Estabelecer cronograma de férias e alocar equipe para eventuais serviços extraordinários a conforme estabelecidos pela **DATAPREV**;
- f) Acompanhamento e providências de solução quanto às multas de trânsito, substituindo o motorista que, devido à alta quantidade das penalidades, às quais caracterize falta de responsabilidade para com as pessoas por ele transportadas, além do bem patrimonial que conduz;
- g) Proceder a substituição dos itens de segurança dos veículos, para que estejam sempre em condições de operação;
- h) Providenciar veículo reserva nos prazos estipulados e especificações constantes do Termo de Referência;
- i) Responsabilizar-se pela garantia da limpeza e manutenção dos veículos, cuidando para que sejam executados os reparos necessários, bem como realizados os abastecimentos, controle do consumo de combustíveis e da quilometragem percorrida.

10.19.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

10.19.2. A **CONTRATADA** orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

10.20. É vedado o repasse dessas atribuições ao motorista e o uso dos veículos referentes ao contrato para solução desses problemas, salvo nos casos emergenciais e desde que com a anuência do gestor técnico do contrato;

10.21. A **CONTRATADA** deverá zelar para que os funcionários se apresentem ao serviço devidamente aseados, barbeados, usando com discrição os cabelos, ou quaisquer objetos de uso pessoal;

10.22. Substituir a critério e a pedido da **DATAPREV**, o motorista, cujo comportamento seja inconveniente ou indisciplinado;

10.23. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do Contrato;

10.24. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, multas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, salários, seguro de acidente do trabalho etc., que incidam ou venham incidir sobre os serviços objeto deste Termo de Referência e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela **DATAPREV**;

10.25. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas da **DATAPREV**;

10.26. Assegurar à **DATAPREV** o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações deste Termo de Referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da **DATAPREV** eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades proveniente da contratação dos serviços;

10.27. Assumir a responsabilidade, integral, solidária e ilimitada, pela vinculação trabalhista exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços desta contratação, nas dependências da **DATAPREV**;

10.28. Adiantar ao motorista, em caso de viagens, numerário para cobrir despesas com pernoites, combustível, alimentação, pedágios e demais despesas;

10.29. Responsabilizar-se pelos documentos, habilitação e outros que se fizerem necessário ao desempenho das atividades prestadas inerentes ao objeto deste contrato;

10.30. Cumprir, por sua conta, todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de Prevenção de Acidentes de Trabalho, quando forem vítimas o seu funcionário no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, onde quer que tenha ocorrido o acidente;

10.31. Diligenciar para que o motorista porte a documentação regularizada do seu veículo e apresentá-la sempre que exigido pela **DATAPREV** ou qualquer órgão fiscalizador de trânsito;

10.32. Fiscalizar a forma de condução do seu motorista com o objetivo que se mantenha a segurança dos passageiros, os níveis de velocidade exigidos nas vias, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento, quando tomará as providências necessárias para regularizar a situação;

10.33. Providenciar a indenização pecuniária por danos morais ou materiais causados pelo seu funcionário, aos empregados ou bens patrimoniais da **DATAPREV**, desde que comprovado o dolo ou culpa, do empregado da **CONTRATADA**;

10.34. Desde que apurado o dano e caracterizada a autoria do funcionário da **CONTRATADA**, o valor da indenização será descontado no ato do pagamento de qualquer nota fiscal e/ou fatura;

10.35. Não efetuar conserto do veículo, manutenção ou abastecimento de combustível nas dependências da **DATAPREV**;

10.36. Por medida de economia de consumo do combustível no percurso percorrido para abastecer e otimizar o tempo, o posto de combustível deverá estar localizado próximo da unidade da **DATAPREV** onde os veículos prestam serviço;

10.36.1. Quando o veículo executivo ofertado for dotado de tração elétrica recarregável externa — elétrico a bateria (BEV) ou híbrido plug in (PHEV) — a **CONTRATADA** deverá assegurar integralmente a recarga, incluindo a disponibilização, operação e custeio de toda a infraestrutura e insumos necessários (por exemplo, energia elétrica, eventuais equipamentos e acessórios de recarga, tarifas/taxas de redes públicas, cartões/etiquetas de recarga e demais despesas correlatas), sem qualquer ônus adicional para a **DATAPREV**. Tais custos deverão estar contemplados na proposta e na Planilha de Preços, vedado reembolso específico.

10.37. Ao final do expediente o motorista ficará responsável pela guarda das chaves e da documentação dos veículos;

10.38. A **CONTRATADA** deverá observar a disciplina da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

10.39. A **CONTRATADA** deverá dar conhecimento do Código de Ética da **DATAPREV** aos seus funcionários que exerçam atividades nas dependências desta Empresa Pública Federal, a fim de garantir a fiel observância das regras e orientações éticas contidas no referido código;

10.40. Pagar os empregados alocados nos serviços contratados, mesmo que na condição de temporários ou substitutos, o salário, adicionais, complementações e gratificações, vale transporte, vale refeição e demais benefícios devidos, dentro do prazo estabelecido em lei ou em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos. As respectivas comprovações deverão acompanhar a fatura de prestação de serviço ou serem exibidas sempre que solicitadas;

10.41. Será exigido da **CONTRATADA** conformidade com a base legal de proteção de dados e nível de segurança adequados à classificação das informações que serão tratadas durante a execução do contrato;

10.42. Os prestadores de serviço deverão realizar anualmente Capacitação de Segurança da Informação disponibilizado por meio da escola da **DATAPREV**, dada a natureza do serviço prestado, bem como, a recepção das orientações quanto ao tratamento de dados pessoais a que tenham acesso ou contato na execução de suas atividades;

10.43. A **CONTRATADA** deverá providenciar a celebração do Termo de Sigilo e Privacidade Vinculada ao Contrato, conforme modelo disposto no Anexo III, e Termo de Sigilo Individual com os seus colaboradores, conforme modelo disposto no Anexo IV;

10.44. Atender as métricas e indicadores para o monitoramento da segurança do ambiente e a frequência de apuração:

a) Providenciar a assinatura e entrega à Gestão do Contrato dos Termos de Sigilo Individuais dos seus colaboradores efetivos - indicador: 100%;

b) Providenciar a assinatura e entrega à Gestão do Contrato dos Termos de Sigilo Individuais das coberturas que forem prestar o serviço por mais de 15 dias - indicador: 100%;

10.45. Disponibilizar veículos e motoristas conforme as especificações deste Termo de Referência, manter a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal, substituir profissionais quando necessário, apresentar relatórios de execução e atender às orientações da fiscalização.

11. DA PROPOSTA COMERCIAL

11.1. A proposta comercial deverá ser apresentada para o lote único e deverá contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo:

a) Valores fixos e variáveis, conforme metodologia prevista neste Termo de Referência;

b) Planilha de custos detalhada, contendo salários, adicionais, encargos sociais e trabalhistas, custos com veículos, manutenção, seguros, combustível, lavagem, pedágios e estacionamento, além dos valores unitários para horas extras, pernoites e demais itens previstos.

11.2. Ambos os motoristas deverão estar enquadrados na mesma categoria profissional prevista na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), considerando que ambos deverão conduzir os dois tipos de veículos (executivo e utilitário), conforme item 2.14 deste Termo de Referência;

11.3. A proposta deverá informar, de forma clara, quais veículos serão alocados na prestação do serviço, devendo atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e seus anexos. A substituição de veículos somente será admitida mediante prévia comunicação à **DATAPREV**, nos termos das obrigações contratuais;

11.4. A proposta deverá indicar expressamente a CCT aplicável, não sendo aceito valor inferior ao estipulado nesta cláusula e demais disposições deste Termo de Referência;

11.5. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será considerada qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da **CONTRATADA**.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de qualificação técnico-operacional, deverá ser apresentado:

12.1.1. No mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica (declaração ou certidão), em papel timbrado do emitente, firmado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o perfeito cumprimento de obrigações da mesma natureza das que constituem o objeto desta licitação;

12.2. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os documentos e comprovações abaixo na forma do Edital, quando aplicável:

12.2.1. A licitante deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta ajustada ao lance vencedor, para o período de 12 (doze) meses, mesmo quando o prazo do contrato for superior a este período, na data da apresentação da proposta, independentemente dos índices contábeis, por ocasião da consulta ao SICAF;

12.2.2. Os documentos exigidos que não estejam contemplados no SICAF serão encaminhados na forma e prazos definidos no Edital.

12.3. Considerando que a execução do objeto será realizada em lote único, com responsabilidade integral da **CONTRATADA**, dedicação exclusiva dos motoristas e impossibilidade de subcontratação (conforme item 10.23 deste Termo de Referência), fica vedada a participação de consórcios e de cooperativas no presente certame. Somente será admitida a participação de empresa individualmente responsável pela execução integral do objeto.

13. PENALIDADES

13.1. Por inadimplência de qualquer cláusula ou condição do presente Contrato, seja por imperfeição, erro ou atraso, a **CONTRATADA** incorrerá em infração contratual, ficando sujeita às sanções constantes desta Cláusula aplicável isolada ou cumulativamente, a critério da **DATAPREV**, ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito aceitos pela **DATAPREV**;

13.1.1. Para fins deste Termo de Referência, consideram-se, exemplificativamente, como situações de força maior ou caso fortuito: eventos naturais imprevisíveis e inevitáveis (como enchentes, terremotos, tempestades severas), greves gerais que afetem diretamente a prestação dos serviços, atos de autoridade pública que impeçam a execução contratual, pandemias oficialmente reconhecidas, e demais eventos que, a critério da **DATAPREV**, sejam devidamente justificados e comprovados pela **CONTRATADA**;

13.2. Com fundamento nos artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- advertência;
- multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.3. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas que não estejam compreendidas nas alíneas anteriores, a multa será aplicada conforme a gravidade da infração (Tabela 1) e o respectivo grau (Tabela 2), considerando cada ocorrência individualmente. Em caso de reincidência no mesmo dia, as penalidades serão cumulativas, respeitando o limite do item 13.5:

TABELA 1

Situação	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	07
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência;	06
03	Manter funcionário sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	05
04	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mau apresentado, por empregado e por ocorrência;	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	02
06	Interromper a comunicação com a gestão do contrato ou deixar de responder, dentro do prazo estabelecido, às comunicações oficiais da DATAPREV , por ocorrência;	0
Para os itens seguintes, deixar de:		

07	Zelar pelas instalações e equipamentos da DATAPREV ;	02
08	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência;	03
09	Substituir funcionário que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	07
10	Entregar os veículos abastecidos e em condições seguras de uso (manutenção preventiva e corretiva efetuada);	07
11	Entregar os vales-transportes e/ ou tíquete-refeição nas datas definidas na legislação vigente, por ocorrência e por dia;	02
12	Fornecer EPI (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por funcionário e por ocorrência;	02
13	Fornecer os uniformes para os profissionais à serviço, nas quantidades e periodicidades requeridas, por empregado e por ocorrência;	02
14	Efetuar o pagamento de salários dentro dos prazos legais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;	07
15	Entregar ou substituir o veículo no prazo pactuado;	04
16	Realizar a substituição do veículo nos prazos estabelecidos no item 10.18 ou do motorista nos prazos estabelecidos no item 10.10, após notificação da DATAPREV ;	07
17	Providenciar a pronta reposição nos casos de ausências, incluindo férias, de seus empregados;	02
18	Informar, imediatamente, a alteração de qualquer dos contatos indicados no Plano de Comunicação, por ocorrência;	03
19	Apresentar, mensalmente, a documentação que comprova a manutenção das condições de habilitação da licitação, conforme o subitem 7.11, entre as alíneas "a" e "v" do Termo de Referência, por ocorrência;	04
20	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.	03

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,0 % por dia sobre o valor mensal do contrato
05	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
06	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
07	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

13.4. Por inadimplência de qualquer cláusula ou condição do Contrato, seja por imperfeição, erro ou atraso, a **CONTRATADA** incorrerá em infração contratual, ficando sujeita às sanções previstas no instrumento contratual, aplicáveis, isolada ou cumulativamente, a critério da **DATAPREV**, ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito, aceitos pela **DATAPREV**;

13.5. As multas descritas nas Tabelas 1 e 2, somente serão aplicadas cumulativamente, até o percentual máximo de 10% (dez por cento);

13.6. Além das multas acima discriminadas, pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a **CONTRATADA**, garantida a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação, ficará sujeita às sanções estabelecidas nos Artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016, sendo a multa limitada a 10% (dez por cento) do valor global contratado;

13.6.1. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, a critério da **DATAPREV**, sendo meramente moratórias, não isentando a **CONTRATADA** do pagamento de perdas e danos pelos prejuízos a que der causa;

13.7. A prática de infração proveniente de atraso nas demandas por responsabilidade da **CONTRATADA** implicará em multa percentual sobre o valor mensal faturado;

13.8. As multas serão debitadas na fatura da competência subsequente à da infração. Em caso de infração ocorrida na última competência do contrato, a multa será debitada na competência da ocorrência, já que não haverá competência posterior;"

13.9. As penalidades acima previstas não excluem a aplicação, quando cabíveis, de outras previstas em legislação própria;

13.10. A ação ou omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** de sua responsabilidade pelo cumprimento do Contrato;

13.11. No caso de inobservância das condições contratuais, obrigações legais ou exigências da fiscalização, terá a **DATAPREV** o direito de sustar o pagamento de quaisquer faturas relativas ao Contrato;

13.12. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **DATAPREV**, por um período não superior a 02 (dois) anos, nos moldes da Lei 13.303/2016.

14. JORNADA DE TRABALHO

14.1. Os serviços contratados estarão à disposição da **DATAPREV** entre 6h00 e 22h00. Em situações excepcionais, devidamente autorizadas pelo Gestor Técnico do contrato, a prestação poderá estender-se até 0h00, mediante pagamento de horas extras nos termos deste Termo de Referência, sem caracterizar posto noturno.

14.2. A critério da **DATAPREV**, alguns veículos e seus respectivos motoristas poderão trabalhar em horários diferenciados, a ser acordado com o Gestor Técnico do contrato, sendo que os profissionais terão sua jornada compreendida entre segunda e sexta-feira, com uma hora de almoço, podendo ocorrer horas extras de segunda a sábado, domingos e feriados;

14.3. Caso a jornada de trabalho exceda às 22h00, deverá ser acrescido no pagamento do motorista o adicional noturno da hora trabalhada, conforme percentual previsto na CCT vigente da categoria.

15. SIGILO E INVIOABILIDADE

15.1. A **CONTRATADA** deverá manter sob sigilo as informações fornecidas e apuradas e comunicações de que tiver conhecimento, abstendo-se de divulgá-las, garantindo a inviolabilidade dos dados trafegados por meio dos enlaces eventualmente utilizados na execução das atividades, dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;

15.2. A **CONTRATADA** deverá abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, sem prévia autorização da **DATAPREV**;

15.3. A **CONTRATADA** deverá assinar Termo de Sigilo e Privacidade Vinculado aos Contratos, conforme modelo previsto no Anexo III, e providenciar a celebração do Termo de Sigilo Individual com os seus colaboradores, conforme modelo estabelecido no Anexo IV deste Termo de Referência.

16. VISTORIA TÉCNICA

16.1. Deve-se ser realizado visita técnica nas edificações da **DATAPREV** onde serão prestados os serviços com o objetivo de conhecer os ambientes nas edificações em relação aos aspectos de níveis de riscos bem como esclarecer dúvidas relativas a este processo, apresentando Declaração de Vistoria Técnica das instalações onde serão executados os serviços, conforme Anexo V;

16.2. A Declaração de Vistoria Técnica pode ser substituída por Declaração de Pleno Conhecimento, conforme modelo do Anexo VI, quando a licitante optar por não realizar a vistoria presencial, assumindo total responsabilidade por esse fato e por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas na

visita técnica e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a **DATAPREV**, conforme Anexo VI. A eventual mudança de endereço da **DATAPREV** não ensejará direito a questionamentos técnicos ou financeiros pela **CONTRATADA**, devendo esta garantir a execução integral do objeto;

16.3. Os interessados deverão, previamente, agendar as visitas (data/horário) para realização da vistoria, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, que deverão ser realizadas até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para abertura da licitação, não sendo admitido, em hipótese alguma, desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação;

16.4. As visitas técnicas poderão ser agendadas pelos e-mails: gestao.ambientes.rj@dataprev.gov.br e bruno.diegoli@dataprev.gov.br, no horário de atendimento para vistoria: manhã, das 08h30 às 11h; tarde, das 14h30 às 16h;

16.5. Os atestados serão expedidos pelos respectivos responsáveis pelo agendamento.

17. DA RETENÇÃO DA RESERVA MENSAL - FATO GERADOR

17.1. Para fins de pagamento, serão deduzidos das faturas os valores correspondentes a RESERVA MENSAL que será retida pela **DATAPREV** para pagamento dos valores destinados a 1/3 constitucional de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de eventos futuros e incertos quando da ocorrência dos mesmos, conforme previsto no item 1.7, “b”, do Anexo VII-B da IN MPDG nº 05/2017, ressalvada a hipótese prevista no art. 81, § 5º, da Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da **DATAPREV**;

17.1.1. As verbas discriminadas na forma do item 17.1 estão indicadas na planilha “Reserva Mensal”, conforme disposto na IN MPDG nº 05/2017 e Decreto nº 9.507/2018 e serão liberadas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios da ocorrência dos fatos geradores e seus respectivos prazos de vencimento, observando as seguintes condições:

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários, quando devidos;
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 1/3 constitucional de férias, quando do gozo de férias dos empregados vinculados ao Contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, 1/3 constitucional de férias proporcionais e à indenização compensatória, porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao Contrato;
- d) Parcialmente, quando do afastamento para licença maternidade das empregadas vinculadas ao Contrato;
- e) Parcialmente, quando da ocorrência de ausências legais dos empregados vinculados ao Contrato;
- f) Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

17.2. O total de valores a serem liberados pela **DATAPREV** está limitada aos valores totais provisionados, devendo a **CONTRATADA** complementá-los, caso o provisionado não seja suficiente para o atendimento das obrigações trabalhistas dispostas no item 17.1;

17.3. O pagamento será feito, preferencialmente, mediante crédito em conta bancária, ou por meio de ordem bancária fatura com código de barra ou ordem bancária de crédito. A **CONTRATADA** deverá indicar no documento de cobrança a modalidade e os elementos de pagamento;

17.4. A **DATAPREV** não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se de quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a **CONTRATADA** por perdas e danos em decorrência de tais transações;

17.5. A **DATAPREV** não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos referentes a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Termo de Referência e do Pedido de Compra/Contrato;

17.6. A **CONTRATADA** deverá destacar no documento de cobrança os valores relativos ao fornecimento de serviços, a fim de que a **DATAPREV** possa proceder à retenção do ISS conforme a legislação vigente.

18. DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

18.1. Será permitida a solicitação de repactuação e de reajuste de preços após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observados, conforme o caso:

- para reajuste em sentido estrito por índice, a data-base do orçamento estimado da licitação, adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE (ou outro índice oficial que venha a substituí-lo); e
- para repactuação de custos de mão de obra, a data-base prevista na convenção/acordo coletivo que embasou a proposta (primeira repactuação) e, nas subsequentes, a data de início dos efeitos financeiros da última repactuação referente à mesma parcela.

18.2. Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa de apresentar sua planilha de preços proposta para fins de Repactuação e Reajuste, bem como as comprovações das variações ocorridas.

19. ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

19.1. A Contratada cumprirá a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e o respectivo Decreto regulamentador, nº 11.129/2022, notadamente em ter e manter um Programa de Integridade, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **DATAPREV**, em especial a Política de Conformidade e Integridade da **DATAPREV**, a Política de Transações com Partes Relacionadas, Plano Diretor de Integridade Corporativa e o Código de Conduta Ética e Integridade da **DATAPREV**, comprometendo-se a Contratada a não praticar qualquer atividade que constitua uma violação à referida legislação;

19.1.1. As Partes declaram e garantem que nenhuma fase da execução do contrato, como, a título de exemplificação, a de obtenção de licenças ou autorizações oficiais relevantes, aprovação de testes operacionais ou inspeções de bens ou locais, será realizada através de meios ilícitos;

19.1.1.1. As Partes comprometem-se ainda a adotar medidas razoáveis e eficazes para assegurar que todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato, cumprem tal garantia;

19.1.1.2. A obrigação de não corrupção das Partes mantém-se após a cessação de vigência do presente Contrato;

19.2. A Contratada declara, garante e aceita que, com relação a este Contrato, não praticará nem tentará praticar qualquer solicitação, não houve e não haverá nenhuma solicitação, exigência, cobrança ou obtenção para si e para outrem de vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público e/ou privado, restando expresso, ainda, que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido pela Contratada ou por qualquer de seus agentes ou empregados, direta ou indiretamente;

19.3. A Contratada, por meio de todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato também se obrigam a cumprir a legislação referida no item 19.1 e garante que não irá, em razão deste Contrato, ou de quaisquer outras transações comerciais envolvendo as partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa do setor privado ou servidores e empregados públicos, de todas as esferas, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida;

19.4. A Contratada declara e garante que não está (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) listados em alguma entidade governamental, como o CGU-CEIS e o CNEP, ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (iv) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por prática anticoncorrencial; e (v) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental;

19.4.1. O termo "Corrupção", conforme utilizadas nesta Cláusula, e nesse Contrato, como um todo, incluem Extorsão, Suborno ou Concussão, Tráfico de Influência e lavagem de dinheiro decorrente destas práticas;

19.5. A Contratada obriga-se a manter registros contábeis fidedignos e concorda que, a **DATAPREV** poderá, nos termos da legislação aplicável, proceder à verificação de Integridade (Due Diligence) e verificação de compliance com a Contratada de que trata essa Cláusula, inclusive diligências visando avaliar a conformidade, qual seja, o cumprimento de todos os regulamentos, leis e legislação anticorrupção pela Contratada, sendo que a Contratada irá cooperar totalmente no curso de qualquer verificação de conformidade, obrigando-se a apresentar as informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitado, inclusive quanto ao preenchimento, sempre que provocado, do Due Diligence de Integridade da **DATAPREV**;

19.6. A Contratada notificará prontamente, por escrito, a **DATAPREV** acerca do recebimento de qualquer notificação de qualquer entidade governamental – qualquer dos poderes e administração pública direta ou indireta – relacionada a fatos ou investigações relativas a atos de corrupção, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula;

19.6.1. Caberá a **DATAPREV**, por meio de seu sistema de Integridade interno, avaliar as providências cabíveis, de suspensão e/ou demais penalidades legais e contratuais, inclusive de processo administrativo interno de responsabilização de pessoa jurídica, previsto na legislação descrita no item 19.1, bem como normatizado internamente pela **DATAPREV**, e a ser conduzido pela Corregedoria da **DATAPREV**;

19.7. O descumprimento dessa Cláusula pela Contratada ou seus colaboradores, empregados e dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, será considerado uma infração grave e conferirá à **DATAPREV** o direito de rescindir de imediato o Contrato, ficando a Contratada obrigada a eximir a **DATAPREV** de quaisquer ações, perdas e danos decorrentes de tal descumprimento. Ainda, nessa hipótese de violação a qualquer legislação anticorrupção, conformidade e de Integridade, a Contratada ficará responsável por indenizar a **DATAPREV** contra todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta Cláusula.

20. GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Para garantir a fiel execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá prestar, até o pagamento da primeira fatura, a garantia de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em uma das modalidades previstas na Lei nº 13.303/16, ficando ressalvada, desde já, a exigência de eventuais reforços de garantia, dentro dos limites da Lei;

20.2. A não apresentação da garantia contratual autoriza a **DATAPREV** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** até o limite do valor da garantia, no pagamento da primeira fatura;

20.3. No caso de garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá ter seu prazo final de vigência estabelecido excedendo em, no mínimo, 03 (três) meses do prazo final do presente contrato (Instrução Normativa nº 12/2020);

20.4. Não serão aceitas garantias oferecidas que possuam cláusulas ou condições que impeçam ou restrinjam seu uso em favor da **DATAPREV** durante a execução do contrato, inclusive em decorrência de aplicação de penalidades e de responsabilidades civil e trabalhista;

20.5. Nos casos em que valores de multas ou indenizações venham a ser descontados da garantia, o valor original desta deverá ser recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato;

20.6. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será liberada ou restituída após a integral execução do contrato, bem como a comprovação de quitação de todas as sanções eventualmente aplicadas;

20.7. Rescindido o contrato por culpa da **CONTRATADA**, perderá esta, em favor da **DATAPREV**, a garantia prestada.

21. ANEXOS

Anexo I - Quadros de especificação de veículos e mão de obra - Rio de Janeiro;

Anexo II - Planilha de preços;
Anexo III - Termo de sigilo e privacidade vinculado aos contratos;
Anexo IV - Termo de sigilo individual.
Anexo V - Declaração de Vistoria Técnica
Anexo VI - Declaração de Pleno Conhecimento

*** Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários indicados. Estando automaticamente invalidadas assinaturas posteriores realizadas por usuários não indicados.**



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Diegoli Gargaglione, Gerente**, em 03/06/2026, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jettson Carlos Dominicini Valadao, Gerente Executivo**, em 03/06/2026, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo da Costa Sousa, Superintendente**, em 03/06/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0241579** e o código CRC **A1E5FF59**.

Termo de Referência - Contratação

Serviço continuado de transporte executivo e utilitário – Rio de Janeiro

ANEXO I

QUADROS DE ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E MÃO-DE-OBRA RIO DE JANEIRO:

	Discriminação	Unidade	Qtde (A)	Km / Mês Estimada por Veículo (B)	Total Km / mês por categoria de veículo (A) x (B)
01	Veículo sedan, híbrido ou elétrico, grande porte, com motorista diurno no período compreendido em 06:00hs às 22:00hs.	Mês	01	1.200	1.200
02	Veículo utilitário, com motorista diurno no período compreendido em 06:00hs às 22:00hs.	Mês	01	1.000	1.000

Termo de Referência - Contratação

Serviço continuado de transporte executivo e utilitário – Rio de Janeiro

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS DE TRANSPORTE

MODELO PROPOSTA FINANCEIRA VALOR ESTIMADO DO CONTRATO – RIO DE JANEIRO

DISCRIMINAÇÃO DO VEÍCULO (Conforme Anexo I do Termo de Referência)	Quantidade (A)	Valor Mensal estimado por Veículo VMV (B)	Valor Mensal estimado do Contrato (C = A x B)	Valor Total estimado do Contrato (D = C x 60)
Executivo – Informar modelo híbrido ou elétrico, conforme especificações do Termo de Referência	01	R\$	R\$	R\$
Utilitário – Informar modelo conforme especificações do Termo de Referência	01	R\$	R\$	R\$
TOTAL		R\$	R\$	R\$

O PREÇO TOTAL ESTIMADO PARA OS SERVIÇOS CONSTANTES DO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA (60 MESES) = R\$ (.....)

VMV = VALOR MENSAL POR VEÍCULO (POSTO DE SERVIÇO)

VMV = VPF + VPQ+ VPE + VHE + VHEN + VHES + VPD + VEST

VPF = Valor da Parcela de Preço Fixo

VPQ= Valor da Parcela correspondente a Quilometragem rodada no mês

VPE = Valor Total de Pernoite

VHE = Valor Total da Hora Extra - 2ª a Sábado

VHEN = Valor Total da Hora Extra Noturna

VHES = Valor Total da Hora Extra Especial - Domingo e Feriado

VPD = Valor Total de Pedágio - pago e comprovado no mês

VEST = Valor Total de Estacionamento - pago e comprovado no mês

NOTA: Hora Extra Especial é aquela de domingos e feriados, e noturna de segunda a sábado das 22:00 às 06:00 horas. Hora Extra Normal é aquela que ultrapassa o limite diário de 8 horas entre 06:00 e 22:00 horas.

OBSERVAÇÕES relativas ao Faturamento Mensal:

O Valor da Parcela de Preço Fixo (VPF) será fixo, independentemente de quilometragem

Termo de Referência - Contratação

Serviço continuado de transporte executivo e utilitário – Rio de Janeiro

rodada por mês;

O cálculo do Valor da Parcela correspondente à Quilometragem rodada no mês (VPQ) por veículo, será feito mensalmente, multiplicando-se o total de quilômetros rodados no mês pelo PUQ correspondente a cada veículo;

O Valor da parcela de Preço Fixo (VPF), o Preço Unitário por Quilometro rodado (PUQ), o Preço Unitário de Pernoite (PUP), o Preço Unitário da Hora Extra (PUHE) e o Preço Unitário da Hora Extra Especial (PUHES) serão inalteráveis, salvo por ocasião da repactuação;

Os Valores de Pernoite (VPE), Hora Extra (VHE), Hora Extra Noturna (VHEN) e Hora Extra Especial (VHES) serão faturados com base na efetiva utilização mensal e os cálculos serão feitos multiplicando-se as quantidades efetivamente utilizadas no mês pelos preços unitários correspondentes - PUP, PHE, PUHEN e PUHES, respectivamente. Para efeito de estimativa devem ser considerados 2 pernites para o veículo executivo por mês, 16 horas extras para o veículo executivo e 10 horas extras para o veículo utilitário por mês, 4 horas extras noturnas para o veículo executivo por mês e 5 horas extras especiais para o veículo executivo por mês;

O Valor Total de Pedágio (VPD) e o Valor Total do Estacionamento (VEST) utilizados no mês só serão reembolsados mediante apresentação dos comprovantes de pagamento. Para efeito de estimativa devem ser considerados 22 eventos por mês de pedágio (ida e volta) e 22 eventos por mês de estacionamento;

O Valor Mensal por Veículo (VMV) será composto mensalmente pela soma das parcelas VPF, VPQ, VPE, VHE, VHEN, VHES, VPD e VEST de cada veículo, calculadas segundo as diretrizes acima descritas;

O valor total a ser faturado em cada mês será igual a soma dos VMV de cada veículo;

Nos casos de veículos sem motorista, o custo da mão de obra será igual a zero (não incidindo no cálculo da parcela de preço fixo) e não haverá a cobrança de valores de Pernoite, Hora Extra e Hora Extra Especial (VPE, VHE e VHES = 0).

Encaminhamos à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, CNPJ 42.422.253/0001-01 , nosso orçamento para Contratação, por lote único, de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de transporte executivo e utilitário, com disponibilização de veículos e motoristas em regime de dedicação exclusiva, incluindo a manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros e taxas para atendimento às atividades da DATAPREV no Rio de Janeiro, pelo período de 60 (sessenta) meses, podendo ser rescindida pela contratante a qualquer tempo mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias. Declaramos que nossa proposta está integralmente aderente a estes.

FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL)	
CNPJ	
E-MAIL	
TELEFONE	
RESPONSÁVEL	
PREÇO MENSAL	R\$ -
PREÇO GLOBAL 60 MESES	R\$ -
DECLARAÇÃO ATENDIMENTO TERMO DE REFERÊNCIA	<i>Declaramos que nossa proposta atende integralmente ao Termo de Referência e aos seus anexos</i>
ASSINATURA	

Obs: OS VALORES DEVEM SER LANÇADOS APENAS NOS CAMPOS EM AMARELO (os demais serão preenchidos automaticamente)

ANEXO VI - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº Processo:			
Licitação Nº:			
Data: / / às : horas			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			VEICULO EXECUTIVO
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		R\$ -
C	Adicional de Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
G	Outros (especificar)		R\$ -
Total			R\$ -

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	Salário Educação	0,00%	R\$ -
C	SAT	0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	0,00%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,00%	R\$ -
G	INCRA	0,00%	R\$ -
H	FGTS	0,00%	R\$ -
Total			R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte	(Valor do VT x Qtdade VT por dia x média dias úteis) - 6% do Salário base ou de acordo com o desconto definido na CCT	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Valor do VR x Média de dias úteis - Custo do VR assumido pelo empregado definido na CCT	R\$ -
C	Assistência Odontologia		R\$ -
D	Assistência Médica		R\$ -
E	Assistência Funeral		R\$ -
F	Outros (especificar)		R\$ -
G	Outros (especificar)		R\$ -
Total			R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
Total			R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Porcentagem	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
Total			R\$ -

Atenção: os valores referentes aos itens 3.A, 3.B, 3.D e 3.E correspondem a custos não renováveis, ou seja, despesas iniciais que devem ser amortizadas no primeiro ano de vigência do contrato. Por isso, esses valores deverão ser removidos da planilha de custos a partir do mês 13, conforme previsto na IN 05/2017

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Dias	Valor (R\$)
A	Custo de reposição por profissional ausente	0,00	R\$ -

Atenção: Os valores desse campo são dados em dias e não em porcentagem como nos outros módulos e sempre em numeros inteiros. Deverá ser considerada a soma de todas as ausências legais que são englobadas por licença paternidade, afastamento maternidade, acidente de trabalho e outras ausências, sendo excluído os dias de férias, pois esse custo já está previsto no item 2.1 B

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Custo de reposição por profissional ausente		R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada		R\$ -
Total			R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		R\$ -
B	Aparelho celular com linha telefônica e pacote de dados		R\$ -
C	Outros (especificar)		R\$ -
Total			R\$ -

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)	0,00%	R\$ -
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ -
Total			R\$ -

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
Valor Total por Empregado		R\$ -

1. CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO			
1.1	Depreciação (valor depreciável = valor do veículo - valor residual / 60)	R\$	-
1.2	Licenciamento (Taxa Detran, IPVA, Seguro Obrigatório / 12)	R\$	-
1.3	Seguro (informar o custo mensal do prêmio da apólice do veículo)	R\$	-
Total		R\$	-

2. CUSTOS INDIRETOS E LUCRO DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO			
2.1	Despesas Administrativas/Operacionais (Custos Indiretos) - (% s/Subtotal CF)	0,00%	R\$ -
2.2	Lucro - (% s/Subtotal CF+ Despesas Adm. Operac.)	0,00%	R\$ -
Total		R\$	-

3. TRIBUTOS DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO			
3.1	Tributos		
	3.1. Tributos Federais (especificar)	0,00%	R\$ -
	3.2. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ -
	3.3. Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ -
Total		R\$	-
SUBTOTAL DA PARCELA DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO (ITENS 1 + 2 + 3)		R\$	-

VPF - VALOR DA PARCELA DE PREÇO FIXO (VALOR TOTAL DO EMPREGADO + SUBTOTAL DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO)	R\$	-
---	------------	----------

4	4. VPQ - VALOR DA PARCELA CORRESPONDENTE À QUILOMETRAGEM RODADA NO MÊS - estimativa de (... Km)	1200
4.1	Manutenção (serviços, peças, materiais de manutenção e mão-de-obra)	R\$ -
4.2	Lavagem (1 geral + 3 simples por mês)	R\$ -
4.3	Combustível	R\$ -
4.3.1	Preço de 1 litro / m³/Kwh de combustível =	R\$ 0,0000
4.3.2	Quant. de Km rodado com 1 litro / m³/Kwh de combustível =	-
4.4	Lubrificantes	R\$ -
4.5	Pneus e Câmaras	R\$ -
4.6	Outros (discriminar)	R\$ -
SUBTOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS (4.1 + 4.2 + 4.3 + 4.4 + 4.5 + 4.6)		R\$ -
DEMAIS COMPONENTES		
4.7	Despesas Administrativas/Operacionais - (% s/Subtotal CV)	0,00%
4.8	Lucro - (% s/Subtotal CV + Despesas Adm. Operac.)	0,00%
SUBTOTAL DA PARCELA DE PREÇO VARIÁVEL		R\$ -
4.9	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL - Acórdão TCU 950/07Plenário	0,00%
PREÇO UNITÁRIO POR QUILOMETRO RODADO NO MÊS (PUQ)		R\$ -
VPQ - VALOR DA PARCELA CORRESPONDENTE À QUILOMETRAGEM RODADA NO MÊS		1200

5	VALOR DE PERNOITE DO MOTORISTA EM OUTRO MUNICÍPIO - VPE	
5.1	Custo estimado de 1 (UM) Pernoite	R\$ -
5.2	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário	0,00%
PREÇO UNITÁRIO DE PERNOITE (PUP)		R\$ -
VPE - VALOR TOTAL DE PERNOITE - para uma quantidade de (...) pernoites no mês		2

6	6. VALOR DA HORA EXTRA (2ª a Sábado)	
6.1	Valor da Hora Extra	R\$ -
6.2	Encargos Sociais sobre a Hora Extra	0,00%
6.3	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário	0,00%
PREÇO UNITÁRIO DA HORA EXTRA (PUHE)		R\$ -
VHE - VALOR TOTAL DA HORA EXTRA - para uma quantidade de (...) horas extras no mês		16

7	7. VALOR DA HORA EXTRA NOTURNA - APÓS 22H00 (2ª a Sábado)	
7.1	Valor da Hora Extra Noturna	R\$ -
7.2	Adicional Noturno	R\$ -
7.3	Encargos Sociais sobre a Hora Extra Noturna	0,00%
7.4	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário	0,00%
PREÇO UNITÁRIO DA HORA EXTRA NOTURNA (PUHEN)		R\$ -
VHEN - VALOR TOTAL DA HORA EXTRA NOTURNA - para uma quantidade de (...) horas extras noturnas no mês		4

8	8. VALOR DA HORA EXTRA ESPECIAL (Domingo e Feriado)	
8.1	Valor da Hora Extra Especial	R\$ -
8.2	Encargos Sociais sobre a Hora Extra Especial	0,00%
8.3	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário	0,00%
PREÇO UNITÁRIO DA HORA EXTRA ESPECIAL (PUHES)		R\$ -
VHES - VALOR TOTAL DA HORA EXTRA ESPECIAL - para uma quantidade de (...) horas extras especiais no mês		5

9	9. VPD - VALOR TOTAL DO PEDÁGIO - pago e comprovado no mês	
9.1	Valor do pedágio (estimado)	R\$ -
VPD - VALOR TOTAL DO PEDÁGIO - para uma quantidade de (...) pedágio no mês		11
		0,00

10	10. VEST - VALOR TOTAL DO ESTACIONAMENTO - pago e comprovado no mês		
10.1	Valor do estacionamento (estimado)	R\$	-
VEST - VALOR TOTAL DO ESTACIONAMENTO - para uma quantidade de (...) estacionamento no mês		11	0,00
VALOR MENSAL ESTIMADO POR VEICULO (POSTO DE SERVIÇO) - VMV			
VMV = VPF + VPQ + VPE + VHE + VHEN + VHES + VPD + VEST			R\$ -

Obs: OS VALORES DEVEM SER LANÇADOS APENAS NOS CAMPOS EM AMARELO (os demais serão preenchidos automaticamente)

ANEXO VI - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Nº Processo:			
Licitação Nº:			
Data: / / às : horas			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			VEÍCULO EXECUTIVO
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		R\$ -
C	Adicional de Insalubridade		R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ -
G	Outros (especificar)		R\$ -
Total			R\$ -

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	Salário Educação	0,00%	R\$ -
C	SAT	0,00%	R\$ -
D	SESC ou SESI	0,00%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	0,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,00%	R\$ -
G	INCRA	0,00%	R\$ -
H	FGTS	0,00%	R\$ -
Total			R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte	(Valor do VT x Qtdade VT por dia x média dias úteis) - 6% do Salário base ou de acordo com o desconto definido na CCT	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Valor do VR x Média de dias úteis - Custo do VR assumido pelo empregado definido na CCT	R\$ -
C	Assistência Odontológica		R\$ -
D	Assistência Médica		R\$ -
E	Assistência Funeral		R\$ -
F	Outros (especificar)		R\$ -
G	Outros (especificar)		R\$ -
Total			R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ -
Total			R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Porcentagem	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	R\$ -
Total			R\$ -

Atenção: os valores referentes aos itens 3.A, 3.B, 3.D e 3.E correspondem a custos não renováveis, ou seja, despesas iniciais que devem ser amortizadas no primeiro ano de vigência do contrato. Por isso, esses valores deverão ser removidos da planilha de custos a partir do mês 13, conforme previsto na IN 05/2017

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Dias	Valor (R\$)
A	Custo de reposição por profissional ausente	0,00	R\$ -

Atenção: Os valores desse campo são dados em dias e não em porcentagem como nos outros módulos e sempre em números inteiros. Deverá ser considerada a soma de todas as ausências legais que são englobadas por licença paternidade, afastamento maternidade, acidente de trabalho e outras ausências, sendo excluído os dias de férias, pois esse custo já está previsto no Item 2.1 B

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Custo de reposição por profissional ausente	R\$ -
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Aparelho celular com linha telefônica e pacote de dados	R\$ -
C	Outros (especificar)	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)	0,00%	R\$ -
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	0,00%	R\$ -
Total			R\$ -

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
Valor Total por Empregado		R\$ -

1. CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO

1.1	Depreciação (valor depreciável = valor do veículo - valor residual / 60)	R\$ -
1.2	Licenciamento (Taxa Detran, IPVA, Seguro Obrigatório / 12)	R\$ -
1.3	Seguro (informar o custo mensal do prêmio da apólice do veículo)	R\$ -
Total		R\$ -

2. CUSTOS INDIRETOS E LUCRO DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO

2.1	Despesas Administrativas/Operacionais (Custos Indiretos) - (% s/Subtotal CF)	0,00%	R\$ -
2.2	Lucro - (% s/Subtotal CF+ Despesas Adm. Operac.)	0,00%	R\$ -
Total			R\$ -

3. TRIBUTOS DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO

3.1	Tributos			
	3.1. Tributos Federais (especificar)		0,00%	R\$ -
	3.2. Tributos Estaduais (especificar)		0,00%	R\$ -
	3.3. Tributos Municipais (especificar)		0,00%	R\$ -
Total				R\$ -
SUBTOTAL DA PARCELA DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO (ITENS 1 + 2 + 3)				R\$ -

VPF - VALOR DA PARCELA DE PREÇO FIXO (VALOR TOTAL DO EMPREGADO + SUBTOTAL DOS CUSTOS FIXOS DO VEÍCULO)

R\$ -

4. VPQ - VALOR DA PARCELA CORRESPONDENTE A QUILOMETRAGEM RODADA NO MÊS - estimativa de (... Km)

1000

4.1	Manutenção (serviços, peças, materiais de manutenção e mão-de-obra)		R\$	-
4.2	Lavagem (1 geral + 3 simples por mês)		R\$	-
4.3	Combustível		R\$	-
4.3.1		Preço de 1 litro / m³ de combustível =	R\$ 0,0000	
4.3.2		Quant. de Km rodado com 1 litro / m³ de combustível =	-	
4.4	Lubrificantes		R\$	-
4.5	Pneus e Câmaras		R\$	-
4.6	Outros (discriminar)		R\$	-
SUBTOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS (4.1 + 4.2 + 4.3 + 4.4 + 4.5 + 4.6)				R\$ -
DEMAIS COMPONENTES				
4.7	Despesas Administrativas/Operacionais - (% s/Subtotal CV)		0,00%	R\$ -
4.8	Lucro - (% s/Subtotal CV + Despesas Adm. Operac.)		0,00%	R\$ -
SUBTOTAL DA PARCELA DE PREÇO VARIÁVEL				R\$ -
4.9	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL - Acórdão TCU 950/07Plenário		0,00%	R\$ -
PREÇO UNITÁRIO POR QUILOMETRO RODADO NO MÊS (PUQ)				R\$ -
VPQ - VALOR DA PARCELA CORRESPONDENTE À QUILOMETRAGEM RODADA NO MÊS				1000 R\$ -

VALOR DE PERNOITE DO MOTORISTA EM OUTRO MUNICÍPIO - VPE

VALOR DE PERNOITE DO MOTORISTA EM CUSTO MENSAL R\$ - VPE				
5.1	Custo estimado de 1 (UM) Pernoite			R\$ -
5.2	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário		0,00%	R\$ -
PREÇO UNITÁRIO DE PERNOITE (PUP)				R\$ -
VPE - VALOR TOTAL DE PERNOITE - para uma quantidade de (...) pernoites no mês			0	R\$ -

6. VALOR DA HORA EXTRA (2ª à Sábado)

6	
---	--

6.1	Valor da Hora Extra			R\$	-
6.2	Encargos Sociais sobre a Hora Extra		0,00%	R\$	-
6.3	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário		0,00%	R\$	-
PREÇO UNITÁRIO DA HORA EXTRA (PUHE)				R\$	-
VHE - VALOR TOTAL DA HORA EXTRA - para uma quantidade de (...) horas extras no mês			10	R\$	-
7	7. VALOR DA HORA EXTRA NOTURNA - APÓS 22H00 (2ª à Sábado)				
7.1	Valor da Hora Extra Noturna			R\$	-
7.2	Adicional Noturno			R\$	-
7.3	Encargos Sociais sobre a Hora Extra Noturna		0,00%	R\$	-
7.4	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário		0,00%	R\$	-
PREÇO UNITÁRIO DA HORA EXTRA NOTURNA (PUHEN)				R\$	-
VHEN - VALOR TOTAL DA HORA EXTRA NOTURNA - para uma quantidade de (...) horas extras noturnas no mês			0	R\$	-
8	8. VALOR DA HORA EXTRA ESPECIAL (Domingo e Feriado)				
8.1	Valor da Hora Extra Especial			R\$	-
8.2	Encargos Sociais sobre a Hora Extra Especial		0,00%	R\$	-
8.3	TRIBUTOS (ISS+COFINS+PIS+Outros) não incluir IRPJ e CSLL-Acórdão TCU 950/07Plenário		0,00%	R\$	-
PREÇO UNITÁRIO DA HORA EXTRA ESPECIAL (PUHES)				R\$	-
VHES - VALOR TOTAL DA HORA EXTRA ESPECIAL - para uma quantidade de (...) horas extras especiais no mês			0	R\$	-
9	9. VPD - VALOR TOTAL DO PEDÁGIO - pago e comprovado no mês				
9.1	Valor do pedágio (estimado)			R\$	-
VPD - VALOR TOTAL DO PEDÁGIO - para uma quantidade de (...) pedágio no mês			11	0,00	
10	10. VEST - VALOR TOTAL DO ESTACIONAMENTO - pago e comprovado no mês				
10.1	Valor do estacionamento (estimado)			R\$	-
VEST - VALOR TOTAL DO ESTACIONAMENTO - para uma quantidade de (...) estacionamento no mês			11	0,00	
VALOR MENSAL ESTIMADO POR VEICULO (POSTO DE SERVIÇO) - VMV					
VMV = VPF + VPQ + VPE + VHE + VHEN + VHES + VPD + VEST				R\$	-

PREÇO MENSAL DA PROPOSTA				SUB-TOTAL SEM A RESERVA
CATEGORIA PROFISSIONAL	PREÇO (A) Valor Mensal Estimado	QUANTIDADE (B)	SUB-TOTAL (R\$) (A x B)	
Veículo Executivo c/ Motorista	R\$ -	1	R\$ -	R\$ -
Veículo Utilitário c/ Motorista	R\$ -	1	R\$ -	R\$ -
TOTAL			R\$ -	R\$ -

PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA		
PREÇO MENSAL ESTIMADO DA PROPOSTA	PERÍODO (MESES)	PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA
R\$ 0,00	60	R\$ 0,00

VALORES SEM A RESERVA MENSAL		
VALOR MENSAL SEM A RESERVA	PERÍODO (MESES)	VALOR GLOBAL SEM A RESERVA
R\$ 0,00	60	R\$ 0,00

PLANILHA DE UNIFORMES

Obs: OS VALORES DEVEM SER LANÇADOS APENAS NOS CAMPOS EM AMARELO (os demais serão preenchidos automaticamente)

FORNECIMENTO SEMESTRAL DE UNIFORMES - MOTORISTA					
ITENS	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
01	Camisa polo manga curta na cor branca com identificação da contratada	unidade	02	R\$ -	R\$ -
02	Calça comprida (jeans, azul marinho ou preta)	unidade	02	R\$ -	R\$ -
04	Par de sapato na cor preta	unidade	02	R\$ -	R\$ -
05	Par de meia na cor preta	unidade	04	R\$ -	R\$ -
06	Cinto na cor preta	unidade	02	R\$ -	R\$ -
07	Agasalho malha de algodão	unidade	01	R\$ -	R\$ -
				Total Semestral	R\$ -
				Total Mensal	R\$ -



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91079/2026

PROCESSO Nº 44129.000257/2026-38

CONTRATO Nº

TERMO DE SIGILO E PRIVACIDADE VINCULADO AOS CONTRATOS

Cláusula Primeira – OBJETO

Constitui objeto deste Termo o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela contratada, doravante denominada **PARTE RECEPTORA**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela contratante, doravante denominada **PARTE REVELADORA**, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Cláusula Segunda – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 Para os efeitos deste **TERMO** aplicam-se os seguintes termos e definições:

2.1.1 Confidencialidade ou Sigilo

Propriedade de que a informação não seja revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados e credenciados.

2.1.2 Contrato de trabalho ou Contrato principal

Contrato celebrado entre as partes, ao qual este Termo de Sigilo se vincula.

2.1.3 Dado pessoal

Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Lei nº 13.709/2018).

2.1.4 Dado pessoal sensível

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



2.1.5 Informação

Conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

2.1.6 Informação de acesso restrito

Aquelas que estão submetidas temporariamente à restrição de acesso público.

2.1.7 Informação sigilosa

Aquelas que estão submetidas à restrição de acesso público, cujo conhecimento e divulgação estão regidos por esse instrumento.

2.1.8 Informações de acesso restrito, sigilosas por legislação específica (não exaustivas):

- I. Hipóteses de sigilo aplicáveis a informações de natureza patrimonial:
 - a) Segredo industrial (L. 9.279/1996);
 - b) Direito autoral (L. 9.610/1998); e
 - c) Propriedade intelectual de Software (L. 9.609/1998).
- II. Hipóteses de sigilo decorrentes de direitos de personalidade:
 - a) Sigilo Fiscal (Art. 198 da Lei nº 5.172/196);
 - b) Sigilo bancário (Art. 1º da Lc nº 105/2001);
 - c) Sigilo Comercial (§2º do art. 155 da Lei nº 6.404/1976);
 - d) Sigilo Empresarial (Art. 169 da Lei nº 11.101/2005); e
 - e) Sigilo Contábil (Art. 1.190 e 1.191 da Lei nº 5.869/1973).
- III. Hipóteses de sigilo decorrentes de processos e procedimentos:
 - a) Sigilo de inquérito policial (Art. 20 da Lei nº 3.689/1941);
 - b) Segredo de justiça no processo civil (Art. 189 da Lei nº 13.105/2015); e
 - c) Segredo de justiça no processo penal (§6º do art. 201 da Lei nº 3.689/1941).

2.1.9 Necessidade de conhecer

Condição pessoal inerente à função ou atividade, indispensável para que o colaborador tenha acesso a dados ou informações classificadas. De acordo com este princípio, os colaboradores só devem ter acesso às informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades dentro da empresa.



2.1.10 Tratamento ou processamento de dados pessoais

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Cláusula Terceira – INFORMAÇÕES SIGILOSAS

§1º Serão consideradas como informações sigilosas, toda e qualquer informação, revelada a outra parte por razão da execução do contrato, contendo ou não marcação ou rótulo de grau de sigilo. O termo “informação” abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando, a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a **PARTE RECEPTORA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Principal celebrado entre as partes.

§2º **A PARTE RECEPTORA** compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Principal.

§3º As estipulações e obrigações contidas neste Termo não serão aplicadas a qualquer informação que seja comprovadamente de domínio público, exceto se decorrer de ato ou omissão do beneficiado ou tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos ao presente instrumento ou ainda informações resultantes de pesquisa pelo beneficiado.

Cláusula Quarta – EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE

§1º **A PARTE RECEPTORA** se obriga a:

- a) Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações sigilosas por seus agentes, representantes ou por terceiros; e



- b) Comunicar à **PARTE REVELADORA**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

Cláusula Quinta – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

- §1º **A PARTE RECEPTORA** se compromete e se obriga a utilizar a informação sigilosa revelada pela **PARTE REVELADORA** exclusivamente para os propósitos da execução do Contrato Principal, em conformidade com o disposto neste Termo.
- §2º **A PARTE RECEPTORA** se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da **PARTE REVELADORA**.
- §3º **A PARTE RECEPTORA** se compromete a obter o aceite formal dos funcionários que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal sobre a existência deste Termo, bem como da natureza sigilosa das informações, a instruir sobre as formas de tratamento das informações a que terão acesso, e dar ciência à **PARTE REVELADORA** dos documentos comprobatórios quando solicitado.
- §4º **A PARTE RECEPTORA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias a proteção da informação sigilosa, bem como para evitar e prevenir a revelação a terceiros.
- §5º **A PARTE RECEPTORA** deve adotar Política de Segurança de Informação que comprove o atendimento dos requisitos de sigilo e segurança definidos no âmbito do contrato.
- §6º **A PARTE RECEPTORA** deverá, quando requerido pela **PARTE REVELADORA**, proceder com o imediato descarte de forma irreversível, incluindo todas e quaisquer cópias eventualmente existentes em qualquer suporte de todas as informações sigilosas sob sua custódia referentes ao contrato principal.

Cláusula Sexta – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- §1º Ambas as partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, em qualquer formato ou suporte, cooperando mutuamente para observar e seguir a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- §2º Necessidades de coleta de consentimento para outras finalidades deverão ser identificadas e correr sob responsabilidade da **PARTE REVELADORA**.
- §3º São escopo de tratamento somente os dados pessoais indispensáveis para a execução do objetivo contratual, e conforme bases legais pré-estabelecidas e acordadas, cabendo à **PARTE RECEPTORA** observar estritamente a finalidade a que se destinam os dados pessoais a que venha a ter conhecimento.



§4º À **PARTE RECEPTORA** é vedada qualquer forma de compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora do âmbito do contrato.

§5º Ao término do contrato, a **PARTE RECEPTORA** deverá comprovar a cessação de acessos, uso e o descarte definitivo, conforme procedimentos a serem determinados pela **PARTE REVELADORA**.

§6º A **PARTE RECEPTORA** adotará todas as medidas de segurança necessárias para impedir o acesso não autorizado, divulgação, alteração ou destruição não autorizada dos dados pessoais, no que couber.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

§1º Surgindo divergências quanto a interpretação do acordo pactuado neste instrumento ou quanto a execução das obrigações dele decorrentes ou, se constatados casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade e da economicidade.

§2º O disposto no presente Termo prevalecerá sempre em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, a **PARTE RECEPTORA** manifesta sua concordância no sentido de que:

- a) O não exercício, por qualquer uma das Partes, de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito;
- b) Todas as condições, termos e obrigações ora constituídas serão regidas pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- c) O presente Termo somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;
- d) Teve acesso e compromete-se a seguir a Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais –PSIP e o Código de Ética e Integridade, disponíveis no Portal da DATAPREV;
- e) Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a **PARTE RECEPTORA** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste Termo de Sigilo, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- f) O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das



informações disponibilizadas para a **PARTE RECEPTORA**, serão incorporados a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas; e

- g) Este Termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – VIGÊNCIA

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de início das atividades pertinentes ao Contrato Principal, mantendo-se em vigor por prazo indeterminado, a não ser que haja disposição em contrário por escrito, estipulada pela **PARTE REVELADORA** mesmo após o término do Contrato Principal ao qual está vinculado.

, de de 2026.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E
INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA DATAPREV

PARTE RECEPTORA

ANEXO IV

TERMO DE SIGILO INDIVIDUAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91079/2026
PROCESSO Nº 44129.000257/2026-38
CONTRATO Nº

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1. Constitui objeto deste **ACORDO** o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem cumpridas pelo colaborador, neste denominado **SIGNATÁRIO**, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e demais informações custodiadas pela **DATAPREV**, disponibilizadas por necessidade de conhecimento quando da execução do objeto do Contrato de Trabalho celebrado entre as partes, ao qual este **ACORDO** é vinculado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 Para os efeitos deste **ACORDO** aplicam-se os seguintes termos e definições:

2.1.1 Confidencialidade ou Sigilo

Propriedade de que a informação não seja revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados e credenciados.

2.1.2 Contrato de trabalho ou Contrato principal

Contrato celebrado entre as partes, ao qual este Termo de Sigilo se vincula.

2.1.3 Dado pessoal

Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Lei nº 13.709/2018).

2.1.4 Dado pessoal sensível

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

2.1.5 Informação

Conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

2.1.6 Informação de acesso restrito

Aquelas que estão submetidas temporariamente à restrição de acesso público.

2.1.7 Informação sigilosa

Aquelas que estão submetidas à restrição de acesso público, cujo conhecimento e divulgação estão regidos por esse instrumento.

2.1.8 Informações de acesso restrito, sigilosas por legislação específica (não exaustivas):

- I. Hipóteses de sigilo aplicáveis a informações de natureza patrimonial:
 - a) Segredo industrial (L. 9.279/1996);
 - b) Direito autoral (L. 9.610/1998); e
 - c) Propriedade intelectual de Software (L. 9.609/1998).
- II. Hipóteses de sigilo decorrentes de direitos de personalidade:
 - a) Sigilo Fiscal (Art. 198 da Lei nº 5.172/196);
 - b) Sigilo bancário (Art. 1º da Lc nº 105/2001);
 - c) Sigilo Comercial (§2º do art. 155 da Lei nº 6.404/1976);
 - d) Sigilo Empresarial (Art. 169 da Lei nº 11.101/2005); e
 - e) Sigilo Contábil (Art. 1.190 e 1.191 da Lei nº 5.869/1973).
- III. Hipóteses de sigilo decorrentes de processos e procedimentos:
 - a) Sigilo de inquérito policial (Art. 20 da Lei nº 3.689/1941);
 - b) Segredo de justiça no processo civil (Art. 189 da Lei nº 13.105/2015); e
 - c) Segredo de justiça no processo penal (§6º do art. 201 da Lei nº 3.689/1941).

2.1.9 Necessidade de conhecer

Condição pessoal inerente à função ou atividade, indispensável para que o colaborador tenha acesso a dados ou informações classificadas. De acordo com este princípio, os colaboradores só devem ter acesso às informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades dentro da empresa.

2.1.10 Tratamento ou processamento de dados pessoais

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

2.2 Serão consideradas confidenciais e, portanto, sigilosas com acesso restrito, todas as informações, de qualquer natureza, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou qualquer outro suporte ou formato, a que o **SIGNATÁRIO** tenha acesso, durante a execução do seu contrato de trabalho, mesmo que não estejam identificadas por meio de legendas ou quaisquer outras marcações ou rótulos.

2.3 Estão incluídas no rol de informações, mas não se limitando a apenas estas: *know-how*, técnicas, *design*, especificações, desenhos, cópias, modelos, fluxogramas, croquis, fotografias, *softwares*, códigos-fonte, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, tabelas, projetos, nomes de clientes, de revendedor e distribuidor, resultados de pesquisas, invenções e ideias, financeiras, comerciais, dentre outras.

2.4 Qualquer informação que permita a identificação de uma pessoa física, direta ou indiretamente, é considerada dado pessoal, incluindo informações como um número de identificação, dados de localização, um identificador online ou uma ou mais características específicas do físico, identidade fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa natural.

2.5 Toda informação pessoal ou pessoal sensível, custodiada pela **DATAPREV** em razão de seu negócio, será considerada sigilosa de acesso restrito estando, portanto, protegida sob as cláusulas deste **ACORDO**.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 O **SIGNATÁRIO** se obriga a:

3.1.1 Utilizar a informação sigilosa revelada pela **DATAPREV** exclusivamente para os propósitos da execução do contrato de trabalho, em conformidade com o disposto neste **ACORDO**.

3.1.2 Proteger sua senha, os dados ou informações restritas a que teve acesso, não efetuar cópias das informações sigilosas sem o consentimento expresso e prévio da **DATAPREV**, não revelar, transmitir, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, salvo se fizer parte de sua atividade ou previamente autorizado pela **DATAPREV**.

3.1.3 Comunicar à **DATAPREV**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação.

3.1.4 Adotar as medidas técnicas adequadas à proteção das informações, conforme sua classificação de segurança, certificando-se que de as operações de tratamento ocorrem conforme a finalidade a que se destinam, e que a identificação dos titulares dos dados se dará por tempo não superior ao necessário, protegendo-as contra acesso ou processamento não autorizado ou ilegal e contra perda, destruição ou dano acidental.

3.1.5 Tratar os dados pessoais em estrita conformidade às instruções recebidas da **DATAPREV** e seus clientes e, de acordo com as disposições de proteção de dados aplicáveis, em especial as estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) brasileira.

3.1.6 Observar a mais estrita confidencialidade com relação aos dados pessoais que deve coletar, processar ou acessar em razão da execução do seu contrato de trabalho.

3.1.7 Proceder, quando requerido, com o imediato descarte de forma irreversível, todas e quaisquer cópias eventualmente existentes, em qualquer suporte, das informações sigilosas sob sua custódia.

3.1.8 Em caso de qualquer falha na segurança das informações confidenciais, o **SIGNATÁRIO** deverá comunicar imediatamente à **DATAPREV**. A pronta comunicação não exclui, entretanto, a sua responsabilização pelos impactos ocorridos por falhas ou omissões na proteção dos dados.

Cláusula Quarta – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Ao assinar o presente instrumento, o **SIGNATÁRIO** manifesta sua concordância que:

- I. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidas pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- II. Independente da natureza e quantidade das informações restritas disponibilizadas para o **SIGNATÁRIO**, não haverá descaracterização ou redução das obrigações deste **ACORDO**, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais; e
- III. O presente **ACORDO** somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado entre as **PARTES**.

4.2 O **SIGNATÁRIO** concorda que todas as informações a que tiver acesso, em razão da execução do seu contrato de trabalho, serão mantidas sob sigilo, e não serão divulgadas, exceto se:

- I. A divulgação seja requerida por lei; ou
- II. A informação relevante já esteja sob domínio público.

4.3 Não será considerada quebra de confidencialidade a divulgação de informações ordenadas pela legislação ou por autoridade judiciária ou administrativa competente.

4.3.1 Neste caso, o **SIGNATÁRIO** deverá imediatamente comunicar à **DATAPREV**, apresentando-lhe a legislação referente ou a devida intimação judicial ou administrativa, para que esta sirva-se dos melhores recursos disponíveis para atuar conforme o caso.

4.4 Surgindo divergências quanto a interpretação do acordo pactuado neste instrumento ou quanto a execução das obrigações dele decorrentes ou, se constatados casos omissos, as

partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade e da razoabilidade.

4.5 O disposto no presente **ACORDO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

4.6 Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para o **SIGNATÁRIO** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste **ACORDO**, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento.

Cláusula Quinta – DAS EXCEÇÕES À CONFIDENCIALIDADE

5.1 Não estão sujeitas a este **ACORDO** as informações que:

5.1.1 Sejam ou venham a ser publicadas ou se tornar públicas, desde que tais divulgações não tenham sido, de qualquer forma, ocasionadas pelo **SIGNATÁRIO** e desde que não sejam feridos os princípios de Privacidade da legislação pertinente em vigor, que tratam da finalidade do uso do dado pessoal;

5.1.2 Tenham sido desenvolvidas pelo **SIGNATÁRIO** a qualquer tempo, a partir de fontes independentes ao contrato de trabalho;

5.1.3 Tenham sido legitimamente recebidas de terceiros, desde que não derivadas de violação de dever de confidencialidade; e

5.1.4 Sejam expressas ou tacitamente identificadas pela **DATAPREV** como não mais sendo sigilosas ou de sua propriedade.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES PELA QUEBRA DA CONFIDENCIALIDADE

6.1 A inobservância das disposições previstas neste instrumento constitui falta grave e sujeita o **SIGNATÁRIO** às sanções administrativas vigentes, não afastando as eventuais responsabilidades civis e criminais.

6.2 A violação deste **ACORDO**, bem como das regras estabelecidas no presente documento, pode causar a imposição de sanções disciplinares previstas no contrato de trabalho e pela legislação aplicável (incluindo multas contratuais), além da indenização por quaisquer danos causados à empresa ou a indivíduos em decorrência de tal violação.

6.3 Em caso de dúvida sobre a confidencialidade de determinada informação, o **SIGNATÁRIO** deverá mantê-la em absoluto sigilo, até que a **DATAPREV** se manifeste expressamente a respeito.

Cláusula Sétima – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente **ACORDO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura e por prazo indeterminado, a não ser que haja disposição em contrário por escrito, estipulada pela **DATAPREV**, mesmo após o término da relação com a empresa.

7.2 O presente **ACORDO** inicia a partir da data de sua assinatura, permanecendo em vigor enquanto perdurar a relação trabalhista.

7.3 Ainda que o projeto que teve informações reveladas ao **SIGNATÁRIO** não venha a ser executado, o dever de confidencialidade persistirá para seus documentos preliminares e preparatórios.

Cláusula Oitava – DO FORO

8.1 Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **ACORDO**, fica eleito o foro da Cidade de Brasília, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8.2 Este acordo entra em vigor na data de sua assinatura.
Pelo presente declaro-me ciente e de acordo,

Brasília, XX, de YYYYYYYYYY de 20ZZ.

Nome completo
CPF: xxxxxxxxxxxx

Termo de Referência - Contratação

Serviço continuado de transporte executivo e utilitário – Rio de Janeiro

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

PREGÃO Nº _____ PROCESSO Nº _____

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de transporte executivo e utilitário, com disponibilização de veículos e motoristas em regime de dedicação exclusiva, incluindo a manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros e taxas para atendimento às atividades da **DATAPREV** no Rio de Janeiro, pelo período de 60 (sessenta) meses;

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone nº _____, por meio do seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – **DATAPREV** S.A., onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços. Estamos cientes de que a **DATAPREV** poderá alterar o local de execução dos serviços, sem ônus adicional para a contratante.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), de de

Nome completo do Representante Legal da Licitante

(Nome da Empresa)

Nome do Representante da DATAPREV

(Cargo Completo)

58/60

Termo de Referência - Contratação

Serviço continuado de transporte executivo e utilitário – Rio de Janeiro

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

PREGÃO Nº _____ PROCESSO Nº _____

(MODELO QUE DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE E ASSINADO PELO REPRESENTANTE)

Declaramos, para fins de participação na licitação nº _____ / _____, referente à contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de transporte executivo e utilitário, que esta empresa possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, incluindo a possibilidade de alteração do endereço da unidade da **DATAPREV** no município do Rio de Janeiro sem ônus adicional para a contratante, estando ciente de todas as condições e informações que possam afetar o custo e o prazo de execução do serviço constante do Termo de Referência desta licitação.

Declaramos ainda ter ciência de que não será aceita, posteriormente, a alegação de situações desconhecidas que possam alterar o bom andamento dos trabalhos, o custo e a conclusão dos serviços.

.....,de.....de.....

(Assinatura do representante legal da licitante)

NOME LEGÍVEL



CONTRATO Nº
PROCESSO Nº 44129.000257/2026-38
PREGÃO ELETRÔNICO Nº
.....

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
TRANSPORTE EXECUTIVO E UTILITÁRIO, QUE
ENTRE SI FAZEM A EMPRESA DE TECNOLOGIA E
INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S.A – DATAPREV E
(razão social), NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Instrumento Particular, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S.A.– DATAPREV**, empresa pública constituída nos termos da Lei n.º 6.125, de 04/11/1974, alterada pela MP n.º 2.216-37, de 31/08/2001, com Estatuto Social alterado pela 28ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, com sede no SAS, Quadra 1, Blocos E/F, Brasília, DF, inscrita no CNPJ, sob o nº 42.422.253/0001-01, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(ais) infra-assinado(s), doravante denominada simplesmente **DATAPREV**, de um lado, e, de outro, a (**Razão Social – nome empresa**), inscrita no CNPJ sob o n.º (número), localizada na (endereço), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(ais) infra-assinado(s), doravante denominada, simplesmente, **CONTRATADA**, conforme Relatório de Adjudicação e Homologação constantes do CP n.º. 44129.000257/2026-38, decorrente do Pregão Eletrônico n.º, do Pedido de Compras n.º, de, da Solicitação de Compras n.º, Classificação Contábil n.º, com fundamentação na IN SEGES/ME Nº 073/2022, na Lei n.º. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev – RLCD e legislação correlata, têm entre si ajustado o **CONTRATO** em referência, mediante as Cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO:

1.1 A **Contratada**, por este Instrumento e na melhor forma de direito, se obriga a prestar à **Dataprev** serviços de transporte executivo e utilitário, com disponibilização de 02 (dois) veículos, sendo 01 (um) sedan executivo e 01 (um) utilitário, bem como 02 (dois) motoristas em regime de dedicação exclusiva, aptos a conduzir ambos os veículos, incluindo a manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros e taxas para atendimento às atividades da DATAPREV no Rio de Janeiro, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1.2 São partes integrantes deste Instrumento o Edital do Pregão Eletrônico nº e seus Anexos, o Pedido de Compra nº e a proposta da **Contratada**, que, deverão, neste ato, também, ser assinados pelas partes contratantes.

1.3 A eventual divergência entre as disposições contidas nos instrumentos integrantes deste **CONTRATO** será dirimida com a prevalência sobre as demais na seguinte ordem: pela redação deste instrumento de Contrato, do Termo de Referência e demais anexos, pelo texto do Edital, pelo Pedido de Compras e, por último, a proposta comercial da **Contratada**.

1.4. Não se aplicam as premissas presentes na Proposta Comercial que conflitem ou limitem o escopo da contratação, os serviços a serem desenvolvidos, as responsabilidades das partes, a esteio da disciplina deste instrumento contratual e do Termo de Referência.



CLÁUSULA SEGUNDA

DO REGIME DE EXECUÇÃO:

- 2.1. O objeto contratual será executado pela **Contratada**, na modalidade de execução indireta.
- 2.2. Os serviços contratados deverão ser realizados de acordo com o estabelecido neste Contrato e documentos que o integram.
- 2.3. Não serão aceitos serviços, cuja prestação não tenha sido autorizada ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 3.1. O prazo de vigência contratual é de 60 (sessenta), com início a partir da data da última assinatura digital neste Contrato.
- 3.2. O contrato poderá ser rescindido pela **Dataprev**, após decorridos 36 (trinta e seis) meses de sua vigência, mediante simples aviso por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

- 4.1. As obrigações da **Dataprev** e da **Contratada** estão previstas nos documentos que integram este Contrato, especialmente no Termo de Referência anexo do Edital, bem como nas cláusulas abaixo identificadas:
- 4.2. São obrigações complementares da **CONTRATADA**:
 - a) Executar o objeto contratado da forma como foi estabelecido neste Contrato e nos documentos que o integram;
 - b) A **Contratada** não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total, em qualquer caso, ou parcialmente o contrato, sem a prévia e expressa autorização da **Dataprev**, que a concederá para qualquer propósito considerado razoável, a critério da **Dataprev**, e não eximirá a **Contratada** de suas responsabilidades e/ou obrigações derivadas do Contrato e da Lei nº 13.709/2018.
 - c) Operar e agir com organização completa, fornecendo toda a mão de obra, devidamente uniformizada, treinada e preparada, para os serviços objeto do presente Contrato, além de equipamentos e materiais, indispensáveis à execução desses serviços, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços;
 - d) Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, possuam **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL**,



preso na lapela, à altura do peito, podendo a **Dataprev** exigir, fundamentadamente, a imediata substituição de qualquer empregado cujo comportamento ou desempenho julgue inconveniente ou inadequado;

e) Apresentar à **Dataprev**, sempre por meio de ofício e com a necessária antecedência, a relação dos empregados que executarão os serviços, procedendo da mesma forma no caso de substituições;

f) Assegurar a continuidade normal dos serviços, mesmo nos casos de falta ou férias de seus empregados, providenciando a pronta substituição dos mesmos por outros devidamente aptos e habilitados;

g) Respeitar as diretrizes e ordens apresentadas pela **Dataprev** especialmente no que diz respeito ao atendimento de normas internas e externas relacionadas à segurança da informação, ao acesso às dependências da empresa e às normas de higiene e segurança do trabalho;

h) Manter, desde o início do Contrato, um livro "Diário de Serviços" e cartões de ponto para lavrar todas as ocorrências do dia, tais como: número de funcionários presentes, paralisação dos serviços e suas causas, acidentes, etc.. O livro "Diário de Serviços" será periodicamente vistoriado e assinado pelo responsável da **Contratada** e pelo responsável da **Dataprev**;

i) Equipar seus empregados com equipamentos de proteção individual necessários à execução das tarefas;

j) Receber e providenciar as devidas correções das reclamações repassadas pela **Dataprev**;

k) Responder, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva responsável pelas obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, permanecendo a **Dataprev** isenta de toda e qualquer responsabilidade;

l) Realizar, dentro do prazo legal, o pagamento de salário de seus empregados, bem como o fornecimento de vale-transporte e vale-refeição e demais benefícios e encargos estabelecidos em lei e em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho. O pagamento deverá efetuado na conta bancária do empregado, em agência situada na localidade da prestação do serviço ou região metropolitana;

m) Pagar os salários aos seus empregados com valor correspondente ao que, no mínimo, foi informado na planilha de custos apresentada com a Proposta Comercial;

n) Assumir o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais e do seguro de acidente de trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato;

o) Restituir à **Dataprev** a diferença de imposto, taxas e contribuições que tiveram suas alíquotas ou tarifas reduzidas durante a vigência deste Contrato;

p) Apresentar as guias de recolhimento dos impostos, taxas, contribuições e todo e qualquer encargo social a que esteja vinculada, responsável solidária e obrigada, cuja obrigação tributária tenha sido



originada no mês ou meses anteriores ao nascimento do fato gerador referente às suas atividades, sempre que a **Dataprev** lhe solicitar;

q) Apresentar, quando solicitada, comprovante dos exames médicos periódicos dos empregados, conforme o art. 168 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

r) Responsabilizar-se por eventuais quebras, danos ou furtos ocasionais praticados por seus empregados, ou por falha na prestação do serviço, em instalações da **Dataprev**, obrigando-se, desde já, a promover a reposição ou indenização correspondente;

s) Responsabilizar-se e arcar com os ônus decorrentes de todas as reclamações ou ações judiciais ou extrajudiciais de culpa ou dolo da **Contratada** decorrentes da execução deste Contrato e que possam ser alegadas por terceiros, contra a **Dataprev**;

t) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

u) Manter ou instalar escritório no local da prestação do serviço, a ser comprovado no prazo máximo de 60 dias, contados do início da vigência contratual;

v) Viabilizar, no prazo máximo de 60 dias, contados da assinatura do contrato, o acesso dos empregados aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal, além da emissão do cartão Cidadão expedido pela CAIXA;

w) Disponibilizar a infraestrutura adequada para que os empregados possam realizar consultas ao extrato de recolhimento de encargo, no espaço físico da **Contratada**.

x) Observar a disciplina da Lei nº 12.846 de 2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

y) Dar conhecimento do Código de Ética da **Dataprev** aos empregados da **Contratada** que exerçam atividades nas dependências desta Empresa Pública Federal, a fim de garantir a fiel observância das regras e orientações éticas contidas no referido código;

z) Observar os ditames do Decreto nº. 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

4.3. São obrigações complementares da **Dataprev**:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do Gestor da **Dataprev**, especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

b) Fazer o pagamento pelos serviços contratados e efetivamente prestados;



c) Responder solidariamente com a **Contratada** pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.

d) Reembolsar a **Contratada** os valores dos impostos, taxas e contribuições, expressamente excluídos dos preços contratados, assim como os eventuais tributos ou alterações de alíquotas que venham a ser criados e promulgados, de comprovada repercussão dos preços contratados, inerentes ao objeto do Contrato;

e) Responsabilizar-se pelas despesas da **Contratada** decorrentes da paralisação dos trabalhos, por determinação ou responsabilidade da **Dataprev**, sem culpa da **Contratada**, desde que devidamente comprovadas.

f) Observar o disposto na Lei nº 13.709/2018 quanto aos dados dos empregados terceirizados envolvidos na prestação dos serviços e a quaisquer outros dados pessoais a que tiver acesso, se o caso.

CLÁUSULA QUINTA

DO PREÇO E DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE:

5.1. O preço total estimado da prestação dos serviços será de **R\$.....** **(.....)**, nele incluído tudo quanto seja preciso para sua realização, tal como mão de obra, materiais e utensílios, impostos federais, estaduais e municipais, taxas, contribuições e emolumentos, vale-transporte, auxílio-alimentação/vale-refeição, seguros de acidente de trabalho ou outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a contratação.

5.1.1. O preço mensal estimado do serviço será de **R\$.....** **(.....)**.

5.2. A **Contratada**, por este instrumento e na melhor forma de direito, exime a **Dataprev** de qualquer responsabilidade fiscal ou tributária decorrente da má interpretação na aplicação dos institutos da imunidade, isenção, não-incidência e suspensão da incidência dos tributos ou contribuições de qualquer espécie.

5.3. Os pagamentos pela **Dataprev** oriundos deste Contrato correrão à conta dos recursos consignados Solicitação de Compra (SC) nº, Classificação Contábil nº

5.4. Será permitida a solicitação de repactuação do valor contratado, relativo ao objeto desta licitação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, que será contado a partir da data limite estabelecida no instrumento convocatório para apresentação das propostas, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base das categorias a que se referem esses instrumentos.

5.4.1. O pedido de repactuação será fundado nas variações dos componentes dos custos ocorridas no período, devidamente justificadas e comprovadas, e demonstrado em planilha de composição analítica dos custos.

5.4.2. Caberá à **Contratada** a iniciativa de apresentar sua planilha de preços proposta para fins de repactuação, bem como as comprovações das variações ocorridas.

5.4.3. O prazo para a **Contratada** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

5.4.4. Caso a **Contratada** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

5.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros.

5.6. O preço de materiais e equipamentos necessários à execução do serviço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data-limite para a apresentação da proposta, com base na variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.8. Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo dos cálculos

CLÁUSULA SEXTA

DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento pela prestação de serviços será efetuado em até 15 (quinze) dias do mês subsequente à prestação dos serviços, condicionado à sua aceitação, que se confirmará mediante o "**ATESTO**" exarado pelo Gestor do Contrato.

6.2. A documentação de cobrança deverá ser enviada à Unidade Central de Recebimento, situada na (.....), dentro do horário comercial, devendo indicar o número do Pedido de Compras/Contrato.

6.3. O documento de cobrança deverá estar acompanhado da seguinte documentação, dentro da data de validade, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis:

a) Comprovantes de adimplemento dos salários e benefícios dos empregados envolvidos diretamente na prestação do serviço, relativos ao mês da última competência vencida;



b) Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP, acompanhada da respectiva Relação de Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, conforme estabelecem a Lei nº 8.212, de 24.07.91 e a legislação correlata;

c) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidões Negativas de Débitos do Estado e do Município;

e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Poder Judiciário do Trabalho.

6.3.1. A documentação referida no item anterior poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, a exemplo do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, nos termos do art. 65 da Lei nº 13.303/2016.

6.4. A **Contratada** deverá destacar no documento de cobrança os valores relativos ao fornecimento de material e mão de obra, pois a **Dataprev** irá reter 11% (onze por cento) do valor relativo à mão de obra, nos termos do que estatui a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711 de 20/11/98 e a normatização do INSS.

6.4.1. A falta do destaque dos valores acima referidos na Nota Fiscal da **Contratada**, acarretará a retenção dos 11% (onze por cento) do valor bruto, pela **Dataprev**.

6.4.2. Caso seja a **Contratada** optante pelo Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em categoria em que esteja incluída a Contribuição Previdenciária no rol de tributos com alíquota diferenciada, desde que devidamente comprovada tal opção, não será efetuada a retenção citada no item anterior.

6.5. A **Dataprev** irá reter os valores referentes ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, conforme tabela anexa à Instrução Normativa/RFB vigente.

6.5.1. Caso a **Contratada** esteja dispensada da retenção, por força de isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação específica, deverá ser destacada no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a fundamentação legal da dispensa da retenção, conforme estabelece a aludida Instrução Normativa/RFB.

6.6. Além do disposto no item anterior, a **Dataprev** deduzirá os valores mensais previstos para pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias aos trabalhadores, para liberação somente quando da ocorrência dos fatos geradores, conforme indicado na planilha "Reserva Mensal" e observadas as demais especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº (...).

6.7. A **Dataprev** irá reter, se devido, o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre os valores faturados pela **Contratada**, na forma prevista pela Lei Complementar nº 116, de 31/07/03, e a respectiva Legislação Municipal competente.



6.8. Ocorrendo a alteração de alíquota ou a criação ou extinção de quaisquer tributos que venham a incidir sobre o valor do Contrato, os preços básicos vigente à época serão automaticamente reajustados em igual proporção, mediante aditamento.

6.9. O pagamento será feito, preferencialmente, mediante crédito em conta bancária ou, alternativamente, por meio de ordem bancária, fatura com código de barra ou ordem bancária de crédito. A **Contratada** deverá indicar no documento de cobrança a modalidade e os elementos para o correto pagamento.

6.10. A **Dataprev** não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente à prestação de serviço com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato.

6.11. Do pagamento a ser efetuado na forma e condições estipuladas neste Instrumento, serão descontadas as multas ou acrescidos os créditos porventura devidos ou a receber pela **Contratada**.

6.12. A **Dataprev** se reserva o direito de deduzir de qualquer crédito devido as eventuais diferenças pagas a maior.

6.13. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Dataprev** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6.14. A compensação financeira prevista nesta condição dar-se-á no mesmo ato da fatura em mora, desde que o atraso não tenha decorrido de fato de responsabilidade direta ou indireta da **Contratada**.

6.15. Os valores referentes a férias, 1/3 e férias previsto na Constituição, décimo terceiro salário, ausências legais, verbas rescisórias dos empregados da **Contratada** dedicados à execução do contrato principal, bem como outros de eventos futuros e incertos, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à **Contratada**, devendo ser pagos pela Administração à **Contratada** na ocorrência do respectivo fato gerador.



6.15.1. O tratamento dos dados pessoais ligados às verbas discriminadas neste item deverá observar a Lei nº 13.709/2018.

6.15.2. As verbas discriminadas na forma do item “6.15”, estão indicadas na “planilha reserva mensal” e serão liberadas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios da ocorrência dos fatos geradores e seus respectivos prazos de vencimento, observando as seguintes condições:

6.15.2.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

6.15.2.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

6.15.2.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

6.15.2.4. Parcialmente, quando do afastamento para licença maternidade das empregadas vinculadas ao contrato;

6.15.2.5. Parcialmente, quando da ocorrência de ausências legais dos empregados vinculados ao contrato;

6.15.2.6. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

6.15.3 O total de valores a ser liberado pela **Dataprev** está limitado ao montante total provisionado, devendo a **Contratada** complementá-los, caso o provisionado não seja suficiente para o atendimento das obrigações trabalhistas dispostas no item “6.15”.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA GARANTIA DO CONTRATO:

7.1. Para garantir a fiel execução do Contrato, a **Contratada** deverá prestar, no prazo máximo de 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da assinatura do contrato, a garantia de **5% (cinco por cento)** do valor deste Contrato, correspondendo a R\$...... (.....), em uma das modalidades previstas no art. 70, §1º, da Lei nº 13.303/2016, ficando ressalvada desde já a exigência de eventuais reforços de Garantia, dentro dos limites da Lei.

7.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Dataprev a promover a retenção dos pagamentos devidos à **Contratada**, até o limite do valor da garantia.

7.2.1. A retenção efetuada com base no item 7.2 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **Contratada**.

7.2.2. A **Contratada**, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 7.2 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas no art. 70, §1º, da Lei nº 13.303/2016.



7.3. A garantia oferecida na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter seu prazo final de vigência estabelecido excedendo em, no mínimo, 03 (três) meses o prazo final do presente Contrato.

7.4. A garantia prestada assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos no inadimplemento do contrato;
- b) prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas à **Contratada**;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, não adimplidas pela **Contratada**.

7.5. Não serão aceitas garantias oferecidas na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária que possuam cláusulas ou condições que impeçam ou restrinjam seu uso em favor da **Dataprev** durante a execução deste Contrato.

7.6. Nos casos em que valores de multas ou indenizações venham a ser descontados da garantia, o valor original desta deverá ser recomposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de eventual rescisão administrativa do Contrato.

7.7. A garantia prestada pela **Contratada** somente será liberada ou restituída após a integral execução do Contrato, bem como a comprovação de quitação de todos os encargos trabalhistas e fiscais, e das sanções eventualmente aplicadas.

7.8. Rescindido o contrato por culpa da **Contratada**, perderá esta, em favor da **Dataprev**, a garantia prestada, na condição de multa meramente moratória.

CLÁUSULA OITAVA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1. Por inadimplência de qualquer cláusula ou condição do presente Contrato, a **Dataprev** poderá, garantida a prévia defesa e ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito, aceitos pela **Dataprev**, aplicar à **Contratada**, conforme o tipo e gravidade da infração, as seguintes sanções administrativas, isolada ou cumulativamente, além daquelas específicas previstas no Termo de Referência:

- a) advertência por escrito, em razão de descumprimentos contratuais que não causem qualquer espécie de prejuízo financeiro, econômico, material ou institucional para a **Dataprev**;
- b) multas previstas no Termo de Referência – Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a **Dataprev**, por prazo não excedente de 02 (dois) anos, a ser fixado no ato da suspensão, segundo a natureza e a gravidade da falta, quando a **Contratada** cometer falta grave, sob a perspectiva da **Dataprev**.



8.2. As sanções eventualmente aplicadas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **Dataprev**.

8.3. À aplicação de qualquer das penalidades previstas neste contrato será assegurado direito de defesa que resguarde os princípios do contraditório e da ampla defesa, observando-se o previsto na Lei nº 13.303/2016.

8.4. Se a(s) multa(s) aplicada(s) não for(em) paga(s) espontaneamente, a **Dataprev** poderá optar pelo desconto do valor caucionado em garantia do cumprimento das obrigações contratuais ou do(s) pagamento(s) eventualmente devido(s) à **Contratada**.

8.5. As multas podem ser aplicadas cumulativamente e estão limitadas em 10% (dez por cento) do valor desta contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral por inadimplemento da **Contratada**.

8.6. As sanções serão registradas no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

8.7. A **Dataprev** deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que trata a Lei nº 12.846 de 2013.

8.8. As infrações penais tipificadas no Capítulo II-B do Código Penal serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA NONA

DA RESCISÃO:

9.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato por parte da **Contratada** assegurará à **Dataprev** o direito de rescisão, nos termos do artigo 69, VII, da Lei nº 13.303/2016 e do Código Civil, preferencialmente mediante notificação por carta, contrarrecibo, respeitado o direito de defesa previsto no §2º, do artigo 82 da citada Norma.

9.2. A rescisão do Contrato poderá ocorrer:

9.2.1. De forma unilateral;

9.2.2. por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Dataprev e para a contratada;

9.2.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por determinação judicial.

9.3. Constituem motivo para rescisão unilateral do contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



- c) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) A prática de atos lesivos à administração pública previstos na Lei 12.846 de 2013;
- e) Inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da **Dataprev**, direta ou indiretamente;
- g) a não manutenção da regularidade fiscal e trabalhista pela **Contratada**.
- h) razões de interesse público motivadas pela autoridade competente da Dataprev.

9.4 A rescisão amigável, respeitado o disposto no item 9.2.2., pressupõe comunicação prévia e formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4.1. A efetivação da rescisão de forma amigável só poderá se dar após a comprovação de quitação de todos os débitos da **Contratada** perante os prestadores de serviços, ao fisco e à **Dataprev**.

9.5. Caso a **Dataprev** não utilize o direito de rescindir o Contrato nos termos desta Cláusula, e sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, suspender ou intervir na execução do Contrato, até que a **Contratada** cumpra integralmente a(s) condição(ões) contratual(is) infringida(s).

9.6. A **Contratada** responderá ainda, em caso de rescisão unilateral por culpa exclusiva da **Contratada**, pelo eventual dano causado à **Dataprev** correspondente à diferença entre o preço estabelecido neste instrumento e aquele que a **Dataprev** vier a pagar a outro prestador de serviço pelo período em que este contrato deveria permanecer vigente, sem prejuízo da responsabilidade civil decorrente do disposto nos artigos 927 e 935 do Código Civil.

9.7. A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 9.3. retro será efetivada após o regular processo administrativo.

9.8. Os efeitos da rescisão do contrato se operarão a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA FORÇA MAIOR:

10.1. Para os efeitos do presente **CONTRATO**, entende-se por força maior todo fato ou circunstância imprevisível, ou, se previsível, impossível de ser evitada e que impeça o cumprimento de obrigações contratuais.



10.2. Só serão considerados motivos de força maior os que forem comunicados ao Gestor do **CONTRATO** no prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua verificação e comprovados até 7 (sete) dias depois de sua cessação.

10.2.1. Cessados os efeitos decorrentes dos motivos de força maior, serão restabelecidos os prazos afetados, com as devidas correções guardando proporção aos atrasos verificados.

10.3. No caso de não ser reconhecida a alegação de motivo de força maior, o tempo desperdiçado será computado como atraso, para todos os efeitos.

10.4. Não poderá invocar as exceções da força maior a parte que houver agido com culpa concomitante ou anteriormente ao evento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIA:**

11.1. Todas as comunicações relativas ao presente Instrumento serão consideradas como feitas regularmente se entregues mediante recibo ou enviadas por carta protocolada, telegrama ou *e-mail*.

11.2. As comunicações dirigidas à **Contratada** deverão ser encaminhadas ao seguinte endereço -

11.3. As comunicações dirigidas à **Dataprev** deverão ser encaminhadas ao Gestor do **CONTRATO**, no seguinte endereço -

11.4. Eventuais alterações dos endereços mencionados nesta Cláusula poderão ser formalizadas mediante comunicação com confirmação de recebimento, sem necessidade de aditamentos ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **GESTOR DA DATAPREV:**

12.1. O Gestor da execução do presente Contrato pela **Dataprev** é aquele especificado no Termo de Referência, que ficará responsável pelo controle e acompanhamento da execução deste Contrato, em todas as suas fases, e a quem deverão ser encaminhados, pela **Contratada**, todos os documentos pertinentes do objeto do presente Contrato, para atesto, ciência e outras observações que julgar necessárias ao cumprimento integral das Cláusulas ora acordadas.

12.2. O Gestor deverá, ainda:

- a) Zelar pela proteção dos dados pessoais conforme disciplinado na cláusula décima quinta;
- b) Anotar em registro próprio, físico ou eletrônico, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c) Prestar informações à **Contratada** sobre os resultados do controle e acompanhamento dos serviços, bem como de aprovações, observações ou irregularidades havidas;



- d) Transmitir à **Contratada** as determinações da **Dataprev**;
- e) Aplicar as sanções previstas neste Instrumento;
- f) Solicitar, a qualquer tempo, os documentos que comprovem o adimplemento, pela **Contratada**, das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas relativas ao Contrato;
- g) Solicitar à **Contratada** todas as informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle das atividades;
- h) Determinar a prioridade de atividade e controle das suas condições de execução e solucionar quaisquer casos concernentes a esses mesmos assuntos;
- i) Solicitar, sem qualquer ônus para a **Dataprev**, a substituição de qualquer empregado da **Contratada** que embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora da **Dataprev**;
- j) Dirimir eventuais dúvidas perante o "DPO" da **Dataprev** para a correta aplicação do disposto no item 15.9.

12.3. A ação ou omissão da fiscalização em nada diminui ou exime a total responsabilidade da **Contratada** pela execução das atividades contratadas.

12.4. Quando atendidos os termos deste Contrato, o exercício da fiscalização, pela **Dataprev**, não importará em abuso de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei 13.303/2016, sempre mediante celebração de Termo Aditivo.

13.2. A **Dataprev** não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se de quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a **Contratada** por perdas e danos em decorrência de tais transações.

13.3. Fica acordado entre as partes que, na hipótese de qualquer das cláusulas deste Instrumento ser considerada inválida ou inexecutável, todas as demais cláusulas e itens permanecerão em pleno vigor e efeito.

13.4. Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção, por parte da **Dataprev**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam pelo contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações, que poderão ser exercidos, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, não alterará, de modo algum, as condições estipuladas no Contrato, nem obrigará a **Dataprev**, relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.



13.5. Todos os prazos e condições do Contrato, salvo expressa disposição em contrário, vencem-se independentemente de aviso ou interpelação judicial e os dias citados se compreendem como corridos.

13.6. Qualquer omissão ou tolerância no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato ou no exercer prerrogativa dele decorrente não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo, a qualquer tempo.

13.7. Havendo propositura de qualquer ação, de natureza civil ou trabalhista, em decorrência deste Contrato, mesmo que a **Dataprev** não figure como parte, fica desde já autorizada a retenção dos valores dos serviços mensais a serem pagos, até o montante compatível ao valor pleiteado na demanda, que será retido até a solução definitiva da lide, ficando a **Contratada**, impossibilitada de rescindir o presente Instrumento seja a que título for, sob pena de pagamento de indenização cumulada com perdas e danos e perda da garantia.

13.8. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, dos empregados da **Contratada**, ensejará a retenção no pagamento da fatura mensal pela **Dataprev**, mediante prévia comunicação, do valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.8.1. Na hipótese de a **Contratada** não realizar a quitação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de recebimento da prévia comunicação, a **Dataprev** poderá efetuar o recolhimento, se for o caso, ou pagamento das obrigações direto aos empregados que tenham participado de execução dos serviços objeto do contrato.

13.8.2. O Sindicato representante da categoria dos trabalhadores deverá ser notificado para acompanhar o pagamento das verbas a que se refere o subitem "13.8.1".

13.9. Impreterivelmente, deverá ser encaminhado ao gestor contratual, até o 5º dia útil de cada mês, arquivo com o "RELATÓRIO DE COLABORADORES", contendo registro de todos os colaboradores terceirizados alocados na Dataprev. As coberturas eventuais não deverão constar do relatório apresentado mensalmente e o preenchimento terá como base a folha de pagamento do mês anterior. O arquivo deverá estar no formato XLS (MS/Windows/Excel) ou ODS (LibreOffice Calc) e conter as seguintes informações:

a) nome da contratada, nº do contrato, nome do empregado, cargo/atividade, salário, CPF e UF de lotação.

13.10. Após formalização do contrato, até o 5º dia útil, a contratada deverá indicar o nome do preposto que irá representá-la na execução do contrato.

13.11. A subcontratação parcial é permitida com empresas que atendam aos requisitos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciário e social previstos na licitação, e as determinações da Lei nº 13.709/2018, para atividade meramente administrativas que não envolvam a alocação de pessoal ou a transferência das atividades.



13.12. A subcontratação parcial não mitiga ou exclui a responsabilidade da **Contratada** sobre toda a execução contratual e observância da Lei nº 13.709/2018.

13.13. As situações descritas no art. 105, §1º do Regulamento de Licitações e Contratos da **Dataprev**, podem ser registradas por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

13.14. Aplicam-se à execução do contrato e especialmente aos casos omissos a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos Administrativos e os preceitos de direito privado.

13.15. A não observância de qualquer disposição da Lei nº 13.709/2018 implicará em responsabilidade solidária da contratada, salvo comprovadas as exceções previstas no art. 43 da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA **DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO, CONFORMIDADE E DE INTEGRIDADE:**

14.1. As **Partes** cumprirão a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e o respectivo Decreto regulamentador, nº 11.129/2022, notadamente em ter e manter mecanismos para a Integridade, e a Contratada tomará ciência das normas e exigências constantes das políticas internas da Dataprev, em especial a Política de Conformidade e Integridade da Dataprev, a Política de Transações com Partes Relacionadas, Plano Diretor de Integridade e Conformidade e o Código de Conduta Ética e Integridade da Dataprev, todos disponíveis no portal da Dataprev, comprometendo-se a não praticar qualquer atividade que constitua uma violação à referida legislação.

14.1.1 As **Partes** declaram e garantem que nenhuma fase da execução do contrato, como, a título de exemplificação, a de obtenção de licenças ou autorizações oficiais relevantes, aprovação de testes operacionais ou inspeções de bens ou locais, será realizada por meios ilícitos.

14.1.2 As **Partes** comprometem-se ainda a adotar medidas razoáveis e eficazes para assegurar que todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato, cumpram tal garantia.

14.1.3 A obrigação de não corrupção das Partes mantém-se após a cessação de vigência do presente Contrato.

14.2. As **Partes** declaram, garantem e aceitam que, com relação a este Contrato, não houve e não haverá nenhuma tentativa, solicitação, exigência, cobrança ou obtenção para si e para outrem de vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público e/ou privado, restando expresso, ainda, que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido pelas Partes ou por qualquer de seus agentes ou empregados, direta ou indiretamente.

14.3. As **Partes**, por meio de todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato, também se obrigam a cumprir a legislação referida no item 14.1 e garantem que não irão, em razão deste Contrato, ou de quaisquer outras transações comerciais envolvendo as partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa



do setor privado ou servidores e empregados públicos, de todas as esferas, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida.

14.4. A **Contratada** declara e garante que nem ela nem seus dirigentes foram (i) condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (ii) listados em alguma entidade governamental, como o CGU-CEIS e o CNEP; (iii) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por prática anticoncorrencial; e (iv) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.

14.5. A **Contratada** obriga-se a manter registros contábeis fidedignos e concorda que, a Dataprev poderá, nos termos da legislação aplicável, proceder à verificação de Integridade (Due Diligence) e verificação de compliance com a Contratada de que trata essa Cláusula, inclusive diligências visando avaliar a conformidade, qual seja, o cumprimento de todos os regulamentos, leis e legislação anticorrupção pela Contratada, sendo que a Contratada irá cooperar totalmente no curso de qualquer verificação de integridade e conformidade, obrigando-se a apresentar as informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitado, inclusive quanto ao preenchimento, sempre que provocado, do questionário de Due Diligence de Integridade da Dataprev.

14.5.1. O exercício dessas prerrogativas está restrito, em regra, ao presente processo licitatório e à vinda execução contratual.

14.6. Caberá a **Dataprev**, avaliar as providências cabíveis, de suspensão e/ou demais penalidades legais e contratuais, inclusive de processo administrativo interno de responsabilização de pessoa jurídica, previsto na legislação descrita no item 14.1, bem como normatizado internamente pela Dataprev, e a ser conduzido pela Corregedoria da Dataprev.

14.7. O descumprimento dessa Cláusula pela **Contratada** ou seus colaboradores, empregados e dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, será considerado uma infração grave e conferirá à **Dataprev** o direito de rescindir de imediato o Contrato, ficando a Contratada obrigada a eximir a Dataprev de quaisquer ações, perdas e danos decorrentes de tal descumprimento. Ainda, nessa hipótese de violação a qualquer legislação anticorrupção, conformidade e de integridade, a **Contratada** ficará responsável por indenizar a **Dataprev** contra todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

15.1. A **Dataprev** e a **Contratada**, durante toda a execução do contrato, se obrigam a observar a disciplina da Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

15.2. A **Contratada** somente transferirá dados pessoais e dados pessoais sensíveis à **Dataprev** quando houver o consentimento específico do titular, ressalvadas as hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei nº 13.709/2018.



15.3. A **Contratada** se compromete a cooperar com a Dataprev no atendimento aos requisitos legais relativamente à proteção dos dados pessoais, no propósito, notadamente, de respeitar os direitos dos titulares dos dados, de acordo com o Capítulo III da Lei 13.709/2018.

15.4. A **Contratada** informará formalmente seus empregados e colaboradores sobre as obrigações constantes na presente Cláusula, bem como sobre a Política de Segurança da Informação e Privacidade – PSIP da **Dataprev**.

15.5. Quando a coleta de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço, após a aprovação prévia e fundamentada da Dataprev, a **Contratada** deverá informar e obter o consentimento do titular do dado pessoal.

15.6. Após a aprovação prévia e fundamentada da **Contratada**, a **Dataprev** poderá obter diretamente o consentimento do titular do dado pessoal.

15.7. Os dados pessoais coletados somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços/ aquisição dos produtos especificados no objeto da presente contratação.

15.8. Os dados pessoais coletados serão armazenados em banco de dados seguro, mantido no território nacional, preferencialmente na estrutura da própria **Dataprev**, vedado o compartilhamento com terceiro.

15.9. A **Contratada**, por meio do seu “DPO”, comunicará ao “DPO” da **Dataprev** a ocorrência de qualquer violação de segurança que tenha consequências diretas ou indiretas no tratamento, bem como qualquer reclamação que possa ser endereçada a ele por qualquer indivíduo interessado no tratamento realizado sob o Contrato. Essa comunicação deve ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a descoberta da violação de segurança ou após o recebimento de reclamação.

15.9.1. A **Dataprev** poderá solicitar à **Contratada** que preencha o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD, caso entenda que o serviço a ser prestado tenha riscos para os dados pessoais a serem coletados.

15.10. A **Contratada** deverá realizar o descarte dos dados pessoais, de forma segura, após o término do contrato ou quando deixarem de ser necessários ou pertinentes para a execução do presente contrato.

15.11. A não observância de qualquer disposição da Lei nº 13.709/2018 implicará responsabilidade solidária, salvo as exceções previstas no art. 43 da Lei nº 13.709/2018.

15.12. A **Contratada** responderá pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados, quando comprovadamente deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da Lei nº 13.709/2018.

15.13. As empresas subcontratadas, em sendo o caso, também deverão observar as determinações estabelecidas na Lei nº 13.709/2018.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DA PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá à **Dataprev** providenciar a publicação dos termos desta contratação, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 51, §2º, da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DO FORO:

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir e resolver qualquer questão oriunda deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratadas, as partes assinam o presente na presença das testemunhas abaixo.

**EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES
DA PREVIDÊNCIA S.A. – DATAPREV**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Anexo I do Contrato - Matriz de Risco

Risco	Descrição	Alocação do Risco	Impacto	Probabilidade	Tratamento
Atraso na execução contratual	Riscos de atrasos na entrega ou etapas posteriores de serviços contratados, decorrentes do não cumprimento das obrigações pela Contratada	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora e/ou rescisão unilateral, com contratação direta de remanescente de obra ou serviço
Quantidades insuficientes	Alteração na demanda da Dataprev com a necessidade de aumento ou redução das quantidades	Contratante / Contratada	Alto	Média	Termo aditivo para regular a alteração da demanda. Se houver recusa da Contratada, avaliar nova contratação ou, se viável, contratação emergencial
Fato exógeno superveniente	Ocorrência de fato superveniente que implique na alteração das condições de execução do objeto	Contratante / Contratada	Médio	Baixa	Termo aditivo para regular a alteração das condições de execução do objeto

Reajuste negociado	O índice oficial previamente estabelecido no edital ou no contrato, pode não refletir a real variação dos preços de mercado	Contratante / Contratada	Médio	Baixa	Pesquisa de preços para garantir refletir a real variação dos preços de mercado e celebração de termo aditivo
Perda da vantajosidade quando do reajuste / repactuação / revisão do valor do contrato	Constatação de que os valores do contrato estão acima daqueles praticados pelo mercado	Contratante	Alto	Média	Negociar os valores e/ou a alteração do índice de correção monetária. Se a Contratada não aceitar, avaliar nova contratação
Eventos de Força Maior	Eventos caracterizados como Força Maior, que prejudiquem a continuidade da prestação de serviços	Contratante / Contratada	Alto	Média	Aplicação da cláusula contratual específica regulando o procedimento de reconhecimento e cessação dos efeitos
Alteração legislativa	Alteração na legislação que modifica os custos do contrato	Contratante / Contratada	Médio	Alta	Aplicação de cláusula contratual que permite a alteração do valor

Dificuldade em atingir parâmetros mínimos de performance	Serviços prestados pela Contratada abaixo do nível de qualidade	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções contratuais e/ou rescisão unilateral
Inadimplemento contratual	Descumprimento de cláusulas contratuais	Contratante / Contratada	Alto	Média	Aplicação das cláusulas de sanções contratuais e da rescisão unilateral. Avaliar a manutenção do contrato
Violação da integridade nas contratações	Não adoção de providências que promovam o combate à corrupção	Contratante / Contratada	Alto	Média	Fiscalização do cumprimento das cláusulas de anticorrupção
Violação das regras e políticas de segurança da informação	Acesso, processamento ou armazenamento indevido dos dados da Dataprev e/ou dos seus clientes que viole as regras e políticas de segurança da Dataprev	Contratada	Alto	Média	Aplicação de cláusula contratual que garanta o cumprimento das regras e políticas de segurança das informações e as penalidades em caso de violação.
Violação das regras definidas	Acesso, processamento ou armazenamento indevido	Contratada	Alto	Média	

de Privacidade e Proteção de dados, previstos na LGPD	dos dados pessoais sob o controle da Dataprev e/ou dos seus fornecedores que viole as regras estabelecidas na LGPD				Aplicação de cláusula contratual que garanta o cumprimento sobre as regras estabelecidas na LGPD e as penalidades em caso de violação
Violação das regras de anticorrupção, conformidade e integridade	Ações indevidas que violem as regras Anticorrupção, Conformidade e Integridade	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação da cláusula contratual que garante o cumprimento das regras de anticorrupção, de conformidade e integridade e as penalidades em caso de violação
Danos a terceiros	Danos causados a terceiros em decorrência da execução do objeto	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação de sanções administrativas e da cláusula indenizatória
Desnecessidade superveniente do objeto	Alteração da necessidade do objeto por interesse da Dataprev	Contratante	Alto	Média	Rescisão amigável ou execução da cláusula de

					rescisão antecipada
Encerramento das atividades da contratada	Contratada encerrar suas atividades no curso do contrato administrativo.	Contratada	Alto	Baixa	Avaliar se o caso comporta a aplicação de sanção(ões) administrativa(s) e/ou rescisão unilateral e/ou contratação direta de remanescent e ou contratação emergencial.
Pendências nos pagamentos de verbas trabalhistas, previdenciárias e com FGTS	Atraso ou não pagamento de salários, benefícios, adicionais, 13º salário e verbas rescisórias dos terceirizados.	Contratada	Alto	Média	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora. Reter o pagamento e notificar a contratada para a regularização das pendências diante do risco de responsabilização subsidiária. Avaliar a manutenção do contrato.

Pendências na apresentação de documentos habilitatórios	Ausência ou demora na apresentação de documentos fiscais, fichas admissionais, demissionais, atestados médicos.	Contratada	Alto	Média	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora. Notificar a Contratada para a regularização das pendências.
Ausência do prestador terceirizado	Não contratação de pessoal para todos os postos previstos no contrato.	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora. Promover a glosa.
Falta do prestador terceirizado	Não substituição do posto de serviço em casos de faltas ou afastamentos legais.	Contratada	Alto	Média	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora. Promover a glosa.
Jornada de trabalho indevida	Acúmulo de horas extras trabalhadas sem a devida autorização da contratante.	Contratada	Médio	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora. Reter o pagamento e notificar a contratada

					para a regularização das pendências diante do risco de responsabilização subsidiária.
Registro incorreto de terceirizado	Descrição das atividades e cargo diferentes do serviço executado.	Contratada	Médio	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora. Notificar a Contratada para a regularização do registro.
Pendências na prestação da garantia	Descumprimento da obrigação contratual de oferta da garantia prevista no edital/contrato/termo de referência.	Contratada	Médio	Média	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora e de cláusula específica de retenção da garantia. Retenção do pagamento se previsto no edital/contrato/ termo de referência. Notificar a Contratada para a regularização

					das pendências.
Pendências referentes aos insumos de mão de obra	Problemas no fornecimento de produtos, uniformes e equipamentos de proteção individual	Contratada	Alto	Baixa	Aplicação das cláusulas de sanções administrativas e/ou multa de mora. Promover a glosa. Notificar a Contratada para a regularização das pendências
Roubos ou furtos na prestação do serviço	Ocorrência de roubo ou furto praticado por prestadores de serviço	Contratante	Alto	Baixa	Aplicação de sanções administrativas e da cláusula indenizatória
Encerramento do contrato sem verificação de todas as obrigações da Contratada	Verificação da inexistência de pendências contratuais e legais	Contratada	Alto	Média	Aplicação de sanções administrativas e/ou multa e notificar a Contratada para a regularização das pendências
Prorrogação do contrato sem vantagem financeira	Prejuízo para a Administração e risco de descontinuidade da execução contratual	Contratante	Alto	Baixa	Realizar pesquisa de preços com antecedência. Negociar

					junto à contratada preços mais vantajosos. Não sendo possível, promover abertura de novo processo licitatório e prorrogar com cláusula de rescisão antecipada.
--	--	--	--	--	--